JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.09.27 06:18:23 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 27 de setembro de 2022 • Nº 1407 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

A solidão do puma

PÁGINA 8

CORRUPÇÃO NO PLANALTO

Moraes quebra sigilo de assessor de Bolsonaro

A Polícia Federal encontrou no telefone do principal ajudante de ordens de Jair Bolsonaro mensagens que levantaram suspeitas de investigadores sobre transações financeiras feitas no gabinete do presidente da República. Conversas por escrito, áudios e fotos trocadas pelo tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid com outros funcionários do Planalto sugerem a existência de depósitos fracionados e saques em dinheiro. Com base nesses indicativos coletados pela polícia, o ministro Alexandre de Moraes, autorizou a quebra de sigilo bancário de Cid, atendendo a um pedido da PF, que busca descobrir a origem do dinheiro e se há uso de verba pública. PÁGINA 7

BANCO CENTRAL

Emissões no Brasil de títulos sustentáveis batem recorde

As emissões de títulos ligados a projetos de sustentabilidade ou a metas de governança ambiental e social bateram recorde no Brasil. Segundo estimativas divulgadas ontem pelo Banco Central (BC), em 2020 e 2021 foram lançados US$ 20 bilhões por meio desse tipo de papel. Os números constam de um trecho do Relatório de Economia Bancária, que será completamente divulgado no próximo dia 6. Ontem, a autoridade monetária divulgou apenas dados sobre as emissões de títulos relacionados à sustentabilidade por empresas brasileiras, no mercado doméstico e internacional. O volume de emissões foi estimado com base em dados da empresa de consultoria Natural Intelligence. PÁGINA 2

TURMA DA BOIADA

Ministro fala em explorar petróleo no Rio Amazonas

Na mira das petroleiras que operam no Brasil devido a grandes perspectivas de descobertas, a bacia da foz do rio Amazonas pode ser explorada de forma sustentável, defendeu ontem o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite. Ele participou da abertura da Rio Oil and Gas, feira que reúne empresas do setor no Rio de Janeiro. Travada por falta de licenças ambientais, a exploração de petróleo na foz do Amazonas foi um dos principais temas da cerimônia de abertura. A região tem características semelhantes a grandes descobertas de petróleo já feitas na Guiana e no Suriname. No Brasil, porém, a dificuldade de licenciar poços levou a francesa Total a desistir da área e vender suas participações à Petrobras. PÁGINA 5

ELEIÇÕES 2022

Lula sobe no Ipec e deve levar no 1º turno

RICARDO STUCKERT

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) aparece com 52% dos votos válidos na corrida eleitoral contra o presidente Jair Bolsonaro (PL), que tem 34%, segundo pesquisa Ipec divulgada ontem. Os resultados são os mesmos do levantamento anterior, realizado há uma semana. Para vencer em primeiro turno, um candidato precisa superar os 50% nessa métrica, portanto Lula está no limite da margem de erro, que é de dois pontos percentuais. A contagem de votos válidos exclui os brancos, nulos e indecisos, simulando o cálculo que será usado pelo TSE (Tribunal Superior de Justiça) para aferir o resultado das eleições no próximo domingo. Por isso, a uma semana do pleito, a Folha de S.Paulo passa a dar destaque a esse número nas pesquisas, e não ao total das intenções de voto. PÁGINA 7

ITÁLIA

Direita vence e país pode ter primeira mulher premiê

A coligação de direita liderada pela sigla Irmãos da Itália deve ser a mais votada nas eleições parlamentares da Itália realizadas no domingo passado, indica resultado parcial da contagem de votos. Segundo a apuração de 97% das urnas, a chapa dos partidos Irmãos da Itália, de Giorgia Meloni, Liga, de Matteo Salvini, e Força, Itália, de Silvio Berlusconi, deve reunir 43,85% dos votos. Assim, a aliança pode obter a maioria nas duas Casas, sem precisar negociar com outras forças. Se confirmada a projeção, o Irmãos da Itália, com 26,14%, indicará o nome do premiê, conforme pacto entre os líderes, e Meloni, 45, se tornará a primeira mulher chefe de governo da Itália e a primeira política da ultradireita no poder desde Mussolini. PÁGINA 8

FGV

Confiança do consumdor sobe 5,4 pontos em setembro

PÁGINA 2

DESAPROPRIAÇÃO

Quatro edifícios antigos de SP podem sair do abandono

PÁGINA 8

INDICADORES

IBOVESPA: -2,33% / 109.114,16 / -2.601,84 / Volume: R$ 26.690.742.665 / Negócios: 4.164.197

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
QUALICORP ON NM	8.94	+0.22	+0.02
SAO MARTINHOON NM	27.00	+0.60	+0.16
WEG ON EJ NM	30.52	–0.16	–0.05
KLABIN S/A UNT N2	18.04	+0.17	+0.03
AMERICANAS ON NM	17.48	–0.29	–0.05

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
3R PETROLEUMON NM	34.800	–6.83	–2.550
PETZ ON NM	10.42	–6.63	–0.74
GRUPO NATURAON NM	14.58	–6.18	–0.96
BTGP BANCO UNT N2	23.90	–5.87	–1.49
MAGAZ LUIZA ON NM	4.34	–6.26	–0.29

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	29.46	–1.60	–0.48
VALE ON NM	68.00	–0.83	–0.57
PETROBRAS ON N2	32.64	–0.79	–0.26
ITAUUNIBANCOPN N1	27.79	–1.80	–0.51
MAGAZ LUIZA ON NM	4.34	–6.26	–0.29

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	29.260,81	-1,11
NASDAQ Composite	10.802,921	-0,60
Euro STOXX 50	3.342,87	-0,16
CAC 40	5.769,39	-0,24
FTSE 100	7.020,95	+0,03
DAX 30	12.227,92	-0,46

Salário mínimo	R$ 1.212,00	**IGP-M**	-0,70% (ago.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 3,7053	**IPCA**	-0,36% (ago.)	Compra: 5,2205	Venda: 5,4005
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(21/9)	13,75%	0,87	até o dia 27/set.	Compra: 5,3542	Venda: 5,3548
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(27/9)	0,68%	BM&F/grama	R$ 277,00	Compra: 5,3798	Venda: 5,3804
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(Ago/22)	0,2409%	Compra: 5,1738	Venda: 5,1744	Compra: 5,4150	Venda: 5,5950

Economia

MERCADOS

Bovespa cai 2,33% e atinge menor nível em quase 50 dias

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O nervosismo no mercado doméstico e internacional prevaleceu ontem. O dólar aproximou-se de R$ 5,4 e atingiu o maior valor em dois meses. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve forte queda e chegou ao nível mais baixo desde o início de agosto.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,381, com alta de R$ 0,134 (+2,53%). A divisa abriu em R$ 5,3 e operou acima desse nível durante toda a sessão. Na máxima do dia, por volta das 13h30, chegou a R$ 5,41. O euro comercial subiu 1,69%, mas fechou a R$ 5,175, continuando abaixo do dólar.

A moeda norte-americana atingiu o maior valor desde 22 de julho, quando fechou a R$ 5,5. Diferentemente da última sexta-feira, o Banco Central (BC) não interveio no câmbio ontem, mas, no fim da tarde, anunciou um leilão de venda de dólares com compra conjugada para hoje.

No mercado de ações, o dia também foi marcado pela tensão. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 109.114 pontos, com recuo de 2,33%. Essa foi a segunda queda consecutiva do indicador, que está no menor patamar desde 9 de agosto.

Assim como na sexta-feira, os temores de uma recessão global voltaram a dominar o mercado financeiro em todo o planeta. Os anúncios dos Bancos Centrais Europeu e do Reino Unido de que pretendem elevar juros para conter a desvalorização do euro e da libra esterlina aumentaram os receios de que economias avançadas vão enfrentar uma recessão em breve.

BANCO CENTRAL

Emissões no Brasil de títulos sustentáveis batem recorde

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As emissões de títulos ligados a projetos de sustentabilidade ou a metas de governança ambiental e social bateram recorde no Brasil. Segundo estimativas divulgadas ontem pelo Banco Central (BC), em 2020 e 2021 foram lançados US$ 20 bilhões por meio desse tipo de papel.

Os números constam de um trecho do Relatório de Economia Bancária, que será completamente divulgado no próximo dia 6. Ontem, a autoridade monetária divulgou apenas dados sobre as emissões de títulos relacionados à sustentabilidade por empresas brasileiras, no mercado doméstico e internacional.

O volume de emissões foi estimado com base em dados da empresa de consultoria Natural Intelligence (NINT), que compila operações de crédito sustentáveis realizadas por empresas brasileiras. Com base nos dados da empresa, o BC constatou que o crescimento é exponencial. Entre 2015 e 2019, a emissão de títulos sustentáveis somou cerca de US$ 6 bilhões, um terço do registrado nos dois anos seguintes.

De acordo com o Banco Central, o Brasil responde por pouco mais de 1% das emissões de títulos sustentáveis do mundo, que somaram US$ 1,6 trilhão em 2020 e 2021. Na América Latina, o país está em segundo lugar no volume de títulos, atrás do Chile.

COMPOSIÇÃO

Em relação aos tipos de papéis sustentáveis, o BC apontou uma mudança. No ano passado, os Sustainability-Linked Bonds (SLB) ultrapassaram, pela primeira vez, os Green, Social, Sustainability Bonds (GSS). O primeiro tipo de papel está diretamente ligado a projetos sustentáveis. No segundo, os títulos estão ligados a metas de governança ambiental, social e corporativa (ESG, na sigla em inglês) que devem ser cumpridas pelos tomadores.

"As emissões de SLB no ano de 2021 superaram, em quantidade e volume financeiro, o total de green bonds emitidos desde 2015. Os green bonds predominam entre os emissores bancários, enquanto, para as empresas não financeiras, destacam-se os SLB", destacou o relatório do BC.

As empresas não financeiras são as principais emissoras de títulos sustentáveis. Desde 2016, elas concentram 88% dos papéis desse tipo lançados no mercado externo e 89% do volume doméstico. "Os setores de papel e celulose e alimentos e bebidas são predominantes nas emissões no mercado externo, enquanto o de energia elétrica destaca-se nas emissões no mercado doméstico", ressalta o relatório.

A maior parte dos recursos levantados vem do exterior. O mercado internacional representa 74% do volume financeiro arrecadado pelas empresas desde 2015, com o mercado doméstico respondendo pelos 26% restantes. "Em 2021, cerca de apenas 7% das emissões no mercado doméstico apresentaram características de sustentabilidade, sendo tal proporção de 47% no caso das emissões externas", explicou o relatório do BC.

No mercado doméstico, os green bonds (títulos verdes) concentram a maior parte dos títulos sustentáveis. A maior parte das emissões ocorre por meio de debêntures (68%) e de letras financeiras (8%), mas também via outros instrumentos de investimento, como Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimento Imobiliários (FII), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FDIC) e empréstimos.

RISCOS

Apesar do volume recorde, o BC alerta para riscos na emissão de títulos sustentáveis para os emissores e tomadores. Os principais são o risco financeiro e o de imagem.

"O risco financeiro decorre do aumento no custo da dívida em caso de descumprimento das metas quando o financiamento acontece sob a forma de SLB. O risco de imagem pode ser associado tanto ao descumprimento das metas como ao greenwashing [lavagem de dinheiro por meio de instrumentos verdes], prática que coloca em risco a própria reputação do mercado de emissões sustentáveis", conclui a autoridade monetária.

MINAS E ENERGIA

Sachsida diz que tem certeza que Petrobras venderá refinarias

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

O ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, disse ontem, no Rio de Janeiro, ter a certeza de que a Petrobras vai vender todas as refinarias previstas no plano de desinvestimento e, com isso, honrará acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Ele lembrou que recentemente foram vendidas as refinarias de Mataripe (Rlam) e Isaac Sabbá (Reman).

"Isso diminui a concentração desse mercado de 98% para 80%. Tenho certeza de que a Petrobras fará de tudo para cumprir o acordo com o Cade e vender todas as refinarias que estavam acordadas", completou, na abertura da 20ª Rio Oil & Gas, maior evento do setor na América Latina.

O acordo fechado entre o Cade e a Petrobras, em 2019, prevê a venda, pela companhia, de oito refinarias, o que resultará na diminuição da atuação da estatal na área de refino no Brasil. Sachsida acrescentou que as obras do linhão de energia Manaus-Boa Vista serão retomadas no próximo mês.

Ainda no encontro, o ministro incentivou os investimentos em Cédula de Produto Rural Verde (CPR Verde), que é um título de crédito criado para o financiamento de atividades de reflorestamento e de manutenção de vegetação nativa em propriedades rurais. Ele disse que o ativo pode ser utilizado em projetos ambientais. "Esse instrumento já existe. Você pode comprar em qualquer serviço ambiental, ou seja, você preserva o meio ambiente e tem ganhos para a sua empresa, portanto, conheça esse instrumento", recomendou.

O ministro aproveitou a presença de investidores no encontro para pedir o apoio para o projeto de revitalização da sede do Serviço Geológico do Brasil.

IMPOSTO

Prazo de entrega de declaração do ITR acaba na sexta-feira

Os proprietários rurais de todo o país precisam ficar atentos. Acaba na próxima sexta-feira, às 23h59, o prazo de entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) 2022. O envio começou em 15 de agosto. Segundo o balanço mais recente da Receita Federal, 4.725.521 contribuintes tinham entregado a declaração até o início da tarde de ontem.

Neste ano, a Receita Federal espera receber de 5,84 milhões a 5,9 milhões de declarações. Na comparação por estados, a Bahia tem o maior número de declarações enviadas até agora: 953.620. Em seguida, vêm Minas Gerais (763.142) e Rio Grande do Sul (501.518).

Devem preencher a declaração do ITR pessoas e empresas que são proprietárias rurais, titulares do domínio útil ou possuidoras de qualquer título de imóvel rural. Quem perder o prazo está sujeito a multa de 1% ao mês ou fração de atraso sobre o imposto devido. A multa será lançada de ofício.

O contribuinte deve elaborar a declaração por meio do Programa Gerador da Declaração do ITR, disponível na página da Receita Federa e transmiti-la pela internet.

O valor do imposto pode ser pago em até quatro parcelas mensais, sendo que nenhuma pode ter valor inferior a R$ 50. Imposto abaixo de R$ 100 deve ser pago em quota única. Tanto o pagamento em uma só vez quanto o da primeira quota devem ser feitos até o último dia do prazo de entrega da declaração.

O produtor rural pode tirar dúvidas sobre o preenchimento da declaração nos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), mantidos por diversas instituições de ensino superior em parceria com a Receita Federal. As orientações são fornecidas de forma virtual e gratuita. A lista dos NAF em todo o país pode ser acessada neste endereço.

Além das orientações, o produtor rural pode obter esclarecimentos sobre o ITR na própria página da Receita Federal, que preparou um questionário com as principais perguntas e respostas sobre o preenchimento e a entrega do documento.

JANEIRO A JULHO

Gastos de turistas no Brasil crescem 84%

Os gastos de turistas estrangeiros no país somaram mais de US$ 2,7 bilhões (cerca de R$ 14,5 bilhões no câmbio de ontem) de janeiro a julho deste ano, valor 84% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado (US$ 1,5 bilhão). As informações foram divulgadas ontem pelo Ministério do Turismo, com base em dados do Banco Central.

Somente em julho deste ano, foram US$ 389 milhões, 74% a mais do que em julho de 2021 (US$ 223 milhões). De acordo com o Ministério do Turismo, os dados apontam para a forte retomada do setor, que sofreu bastante com a pandemia de covid-19, a partir do segundo bimestre de 2020.

A expectativa do Ministério do Turismo é de que, até o fim do ano, 4,2 milhões de turistas estrangeiros visitem o Brasil. Em entrevista ao programa A Voz do Brasil, o ministro Carlos Brito disse que a retomada dos voos internacionais e o trabalho da Embratur, a agência brasileira de promoção do país no exterior, devem favorecer a chegada de turistas estrangeiros.

FGV

Confiança dos consumidores avança 5,4 pontos em setembro

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) avançou 5,4 pontos em setembro, para 89 pontos, o maior nível desde janeiro de 2020, com 90,4 pontos. Em médias móveis trimestrais, o índice subiu 3,3 pontos, para 84 pontos.

Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

Segundo a coordenadora das Sondagens do Ibre/FGV, Viviane Seda Bittencourt, a confiança dos consumidores sobe pelo quarto mês consecutivo influenciada pelas perspectivas mais otimistas em relação aos próximos meses. De acordo com ela, tal resultado parece estar relacionado com a queda nas expectativas de inflação dos consumidores para os próximos 12 meses e a um aumento do otimismo em relação ao mercado de trabalho.

"Há um aumento na intenção de consumo, exceto para os consumidores de renda mais baixa, o que reflete ainda dificuldades dessa classe. Além disso, a proximidade das eleições tem um efeito potencializador dessas expectativas. É necessário ter cautela nesses resultados, considerando uma política monetária ainda restritiva e a possibilidade de desaceleração da atividade econômica, que reduziria a velocidade de recuperação do mercado de trabalho", explicou a pesquisadora, em nota.

Conforme o Ibre/FGV, a alta em setembro foi influenciada pela melhora dos indicadores sobre o momento e próximos meses. O Índice de Expectativas (IE) avançou 7,6 pontos, para 100,2 pontos, maior desde dezembro de 2019, com 100,3 pontos, período pré-pandemia da covid-19. O Índice de Situação Atual (ISA) subiu 1,6 ponto, para 73,3 pontos, maior resultado desde março de 2020, embora ainda baixo em termos históricos.

Em relação aos indicadores que medem a satisfação dos consumidores no momento, há uma percepção de melhora da situação econômica com aumento de 2,5 pontos no indicador para 82,3 pontos, maior nível desde fevereiro de 2020 (85,5 pontos). A avaliação sobre a situação financeira da família se alterou pouco, 0,8 ponto para 64,9 pontos, nível ainda baixo em termos históricos.

Nas expectativas, o item que mais contribuiu para a alta no mês foi o que mede o otimismo das famílias em relação à situação financeira nos próximos seis meses, cujo indicador subiu 10,4 pontos para 100,8 pontos, maior nível desde janeiro de 2020 (81,7 pontos).

O indicador que mede a situação econômica também avançou pelo quarto mês consecutivo. Em setembro subiu 6,1 pontos para 115,4 pontos, maior desde julho de 2021 (116,3 pontos). A intenção de compra de bens duráveis se eleva pelo segundo mês consecutivo, dessa vez 5,4 pontos, acumulando alta de 16,7 pontos nos dois últimos meses levando o índice para 84,4 pontos, melhor resultado desde fevereiro de 2019 (86,6 pontos).

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Combrascan
Shopping Centers

CNPJ 28.189.439/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da Combrascan Shopping Centers S.A. tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/21, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociadade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. **A Administração.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/21 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
ATIVO		1.908.267	1.790.436	2.179.416	2.042.385
CIRCULANTE		31.287	16.066	56.215	50.536
Caixa e equivalentes de caixa	5	20	20	19.762	22.763
Contas a receber de clientes	6	-	-	33.763	25.705
Contas a receber de partes relacionadas	11	28.813	14.230	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	7.1	543	526	578	767
Depósitos judiciais	10.2	1.330	1.283	1.456	1.289
Outros ativos circulantes		581	7	656	12
NÃO CIRCULANTE		1.876.980	1.774.370	2.123.201	1.991.849
Contas a receber de clientes	6	-	-	4.473	7.810
Depósitos judiciais	10.2	29.873	29.544	43.901	42.860
Investimentos em controladas	8	1.847.050	1.744.747	-	-
Propriedades para investimento	9	-	-	2.074.200	1.940.500
Imobilizado		57	79	627	670
Intangível		-	-	-	9

	Nota	Controladora 31/12/21	Controladora 31/12/20	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20
PASSIVO		1.908.267	1.790.436	2.179.416	2.042.385
CIRCULANTE		24.708	11.441	34.034	24.320
Fornecedores		589	32	908	800
Salários, provisão de férias e encargos sociais		910	450	1.451	789
Contas a pagar a partes relacionadas	11	23.209	10.959	23.210	10.965
Impostos e contribuições a recolher	7.2	-	-	4.729	4.945
Receitas diferidas		-	-	2.349	6.219
Outros passivos circulantes		-	-	1.387	602
NÃO CIRCULANTE		31.858	31.455	293.680	270.524
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.3	-	-	252.807	234.384
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.2	31.858	31.455	32.981	32.733
Receitas diferidas		-	-	7.892	3.407
TOTAL DO PASSIVO		56.566	42.896	327.714	294.844
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.851.701	1.747.540	1.851.702	1.747.541
Capital social	12.1	865.378	865.378	865.378	865.378
Reservas de lucros	12.2	986.323	882.162	986.323	882.162
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.851.701	1.747.540	1.851.701	1.747.540
Participações não controladoras		-	-	1	1

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/21 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto dividendos por lote de mil ações)

		Controladora					Consolidado	
			Reservas de lucros		Lucros	Patrimônio líquido atribuível aos		Total do
	Nota	Capital social	Legal	Investimentos e capital de giro	acumulados	Acionistas controladores	Acionistas não controladores	patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		865.378	76.982	858.981	-	1.801.341	1	1.801.342
Dividendos pagos à acionistas não controladores (R$0,01 por lote de mil ações)	12.3	-	-	-	-		8	8
Prejuízo do exercício		-	-	-	(53.801)	(53.801)	-	(53.801)
Absorção de prejuízos		-	-	(53.801)	53.801	-	-	-
Dividendos propostos à acionistas não controladores (R$0,01 por lote de mil ações)	12.2	-	-	-	-	-	(8)	(8)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		865.378	76.982	805.180	-	1.747.540	1	1.747.541
Dividendos pagos (R$8,72 por lote de mil ações)	12.3			(66.042)		(66.042)	12	(66.030)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	193.411	193.411	-	193.411
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal	12.2	-	9.671	-	(9.671)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$3,06) por lote de mil ações	12.3	-	-	-	(23.209)	(23.209)	-	(23.209)
Reserva de investimento e capital de giro	12.3	-	-	160.531	(160.531)	-	-	-
Dividendos propostos à acionistas não controladores (R$0,01 por lote de mil ações)	12.2	-	-	-	-	-	(12)	(12)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		865.378	86.653	899.669	-	1.851.700	1	1.851.701

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/21 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Combrascan Shopping Centers S.A. ("Companhia", ou em conjunto com suas controladas, "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16/12/1983. O Grupo tem como objeto social a locação de bens imóveis próprios e a administração de bens imóveis próprios e de terceiros, principalmente aqueles situados em shopping centers; a compra e venda de imóveis próprios construídos ou em construção; a corretagem, a incorporação de imóveis próprios, construídos ou em construção; a promoção de eventos comerciais e industriais; a prestação de serviços e assessoramento na área de shopping centers, por conta própria ou por representação e a participação em outras sociedades. A Companhia é sediada na Avenida Lauro Sodré, nº 445 – Loja 101 – 1º subsolo - parte, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ. Impactos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) nas operações e projeções de resultados do Grupo: Durante os exercícios de 2020 e de 2021, os eventos e condições gerados pela disseminação do novo coronavírus (COVID-19) e pelas medidas implementadas pelos governos federal, estadual e municipal para conter a propagação da COVID-19, dentre elas, o fechamento de estabelecimentos comerciais, inclusive de shopping centers, resultaram em níveis de incertezas e riscos que a Administração da Companhia monitorou ao longo dos exercícios. Os principais impactos nas operações da Companhia e de suas controladas foram identificados e estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nas seguintes áreas: mensuração da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; mensuração do valor justo das propriedades para investimento; e reconhecimento da receita. A Administração da Companhia adotou medidas excepcionais ao longo dos exercícios objetivando amenizar os impactos causados pela pandemia e preservar a manutenção do caixa, tais como: postergação de obras e investimentos, redução e negociação dos principais custos e despesas, negociação e flexibilização de recebimentos com os principais clientes. Essas medidas foram sendo flexibilizadas pela Administração, de acordo com a retomada das atividades operacionais e econômicas. No que se refere à continuidade das operações, a Administração da Companhia monitora constantemente as informações sobre a pandemia e seus impactos no setor de shopping centers. As expectativas de recuperação nos resultados futuros têm sido confirmadas nos demonstrativos financeiros da Companhia, mediante a retomada das atividades operacionais e econômicas. **2. Adoção de normas e interpretações novas e revisadas:** 2.1. Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º/01/21. No exercício de 2021, o Grupo adotou as alterações e os novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/21.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 48, CPC 38 (*), CPC 40 (R1), CPC 11 e CPC 06 (R2)	Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2	01/01/21

(*) Revogado, a partir de 1º/01/18, pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos significativos sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados do Grupo ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 2.2. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis: Na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/22
Alterações ao CPC 27	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/22
Alterações ao CPC 25	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/22
Alterações ao CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 06 (R2) e CPC 29	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	01/01/22
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/23
Alterações ao CPC 26 (R1)	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/23
Alterações ao CPC 23	Definição de estimativas contábeis	01/01/23
Alterações ao CPC 32	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/23
Alterações ao CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2)	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir mediante a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos significativos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. **3. Principais políticas contábeis:** 3.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 07 - *Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral*, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração da Companhia confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. 3.2. Base de elaboração: Elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia e com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e propriedades para investimento mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base. Consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas mencionadas a seguir, na mesma data base e de acordo com as mesmas políticas contábeis. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia (Controladora). Controladas são todas as entidades para as quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada por uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

Controlada	Percentual de participação direta (%) 31/12/21	31/12/20
ALS Shopping Centers S.A. ("ALS")	100,00	100,00
RSSC Shopping Centers S.A. ("RSSC")	100,00	100,00
CBC Shopping Centers S.A. ("CBC")	100,00	100,00
DIX Administração e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("DIX")	99,86	99,86

Todas os saldos e transações (receitas e despesas) entre as entidades do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As principais práticas adotadas na consolidação são como seguem: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a Controladora e as controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas consolidadas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as entidades consolidadas; • Eliminação dos investimentos da Controladora nas controladas incluídas na consolidação. A parcela correspondente à participação dos acionistas não controladores está destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidados. 3.3. Moeda funcional e de apresentação: Conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - *Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis*, as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas com base em sua respectiva moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual opera. A Companhia e suas controladas definiram que sua moeda funcional é o Real brasileiro (R$), e suas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. 3.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa: (i) numerário em caixa; (ii) saldos em depósitos bancários; e (iii) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um risco baixo de mudança de valor. Um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento de curto prazo, por exemplo, 3 (três) meses ou menos, a contar da data de sua contratação. As aplicações financeiras são destinadas para atender compromissos de curto prazo do Grupo e são liquidadas frequentemente com esse objetivo, não possuindo um modelo de negócios para recebimento de fluxos de caixa contratuais. 3.5. Contas a receber de clientes e Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados com base nos contratos de aluguéis e de prestação de serviços e deduzidos de perdas estimadas no valor recuperável, quando aplicável. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe evidência objetiva, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pelo cliente, de que Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os montantes devidos, de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber. Dentre os aspectos observados, destacam-se: (i) histórico de perdas; (ii) atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) análise, caso a caso, de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. Os saldos vencidos que são renegociados, são registrados pelos valores da renegociação, acrescidos de encargos financeiros, quando aplicável, e segregados entre ativo circulante e não circulante com base no novo prazo de recebimento estabelecido entre as partes. 3.6. Investimentos: Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, sendo constituída provisão para patrimônio líquido negativo, quando aplicável, em conformidade com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) - *Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto*. 3.7. Propriedades para investimento: Inicialmente, os imóveis são contabilizados pelo custo de aquisição e classificados na categoria de propriedades para investimento. O custo de aquisição inclui todos os gastos da transação diretamente atribuíveis à compra, tais como taxas cartorárias e tributos incidentes sobre a transferência de propriedade do imóvel. Após o seu reconhecimento inicial, os imóveis classificados na categoria de propriedades para investimento devem ser continuamente mensurados ao seu valor justo, sendo seus impactos reconhecidos no resultado do exercício. Entende-se por valor justo o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado entre partes independentes, conhecedoras do negócio e dispostas a realizar a transação, sem que represente uma liquidação forçada. Incluem-se nesta categoria os imóveis adquiridos com o objetivo de auferir renda (aluguéis) e imóveis com apreciação de capital de longo prazo (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). A Administração entende que os valores justos aplicáveis às propriedades para investimento se enquadram como Nível 3. 3.8. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). No caso de ativos qualificáveis, os custos de financiamentos são capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Quando partes significativas de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado, exceto para imobilizações em andamento. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na baixa ou alienação de um item do imobilizado, ou reforma de equipamentos, são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Os custos de reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. 3.9. Intangível: Consiste em programas de computador (*softwares*) mensurados pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Os *softwares* são amortizados ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As vidas úteis estimadas dos itens do ativo intangível para o exercício corrente são de 5 (cinco) anos. 3.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração: Ativos sujeitos à depreciação e amortização são testados para fins de avaliação do seu valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo montante no qual o valor contábil exceder o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de venda do ativo deduzido dos custos para efetivar a venda e o seu valor em uso. Com o propósito de avaliar o valor recuperável, os ativos são agrupados na menor unidade na qual fluxos de caixa separáveis possam ser identificados (i.e., unidades geradoras de caixa). Ativos não financeiros que tenham sofrido redução do seu valor recuperável são revisados para a possibilidade de reversão da perda a cada data do balanço. 3.11. Despesas antecipadas: São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, considerando-se o Princípio da Competência dos Exercícios Societários ("regime de competência") para registro do ativo. As despesas antecipadas estão representadas, substancialmente, por despesas na contratação de seguros (Nota 17). 3.12. Depósitos judiciais: Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Em função desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja caracterização da liquidação do passivo, permitindo que a Companhia continue questionando as ações. Nessas situações, embora os depósitos ainda sejam ativos da Companhia, os valores somente são liberados mediante o recebimento de uma decisão judicial final favorável à Companhia. Quando aplicável, os depósitos judiciais são registrados contabilmente no ativo circulante e não circulante e são considerados como atividades operacionais para fins da demonstração dos fluxos de caixa. Os depósitos judiciais relacionados à processos de natureza fiscal são atualizados monetariamente pelo índice do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC (Nota 10.2). 3.13. Ativos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser confiavelmente mensurado. Os ativos são demonstrados pelos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em função do tempo decorrido ("pro rata temporis") até a data do balanço. Os bens e direitos realizáveis até o prazo de 12 (doze) meses da data do balanço estão apresentados como ativos circulantes. 3.14. Fornecedores: As contas a pagar a fornecedores são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da Companhia. 3.15. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e que seja provável que a Companhia será requerida a liquidar tal obrigação, e esta possa ser confiavelmente mensurada. O montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da contraprestação que será devida para liquidar a obrigação na data do balanço, levando-se em consideração os riscos e as incertezas em torno da obrigação. Provisão para riscos: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas a reclamações de natureza fiscal, cível, trabalhista e previdenciária. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos da Companhia e de suas controladas. As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Riscos contingentes avaliados como de probabilidade de perda possível são divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, porém não reconhecidos em conta específica do passivo. 3.16. Reconhecimento de receitas: As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando puderem ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzindo-se quaisquer cancelamentos, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas aos clientes, bem como impostos ou encargos sobre os serviços prestados (Nota 13). Receita de aluguel: As receitas de aluguel das propriedades para investimento são reconhecidas linearmente no resultado exer-

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31/12/21 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto valores por ação)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	13	-	-	123.755	83.778
Custo dos serviços prestados	14	-	-	(26.587)	(14.081)
Lucro operacional bruto		-	-	97.168	69.697
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	14	(4.325)	(4.715)	(10.478)	(11.068)
Reversão de (provisão para) perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	5.368	(1.427)
Ganho (perda) com ajuste a valor justo de propriedades para investimento	9	-	-	129.803	(116.083)
Resultado de equivalência patrimonial	8	197.751	(49.362)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(34)	158	2.558	(187)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		193.392	(53.919)	224.419	(59.068)
Receitas financeiras	15	394	311	1.992	801
Despesas financeiras	15	(375)	(193)	(452)	(311)
Receitas financeiras, líquidas		19	118	1.540	490
Resultado antes dos impostos		193.411	(53.801)	225.959	(58.578)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	7.4			(14.198)	(10.536)
Diferido	7.4	-	-	(18.338)	15.321
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes das participações não controladoras		193.411	(53.801)	193.423	(53.793)
Resultado de participações não controladoras		-	-	(12)	(8)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		193.411	(53.801)	193.411	(53.801)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício básico e diluído por lote de mil ações - R$	12.4	25,53	(7,10)		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31/12/21 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	193.411	(53.801)	193.423	(53.793)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	193.411	(53.801)	193.423	(53.793)
Resultado abrangente total atribuível a:				
Participações não controladoras	-	-	(12)	(8)
Acionistas controladores	193.411	(53.801)	193.411	(53.801)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31/12/21 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		193.411	(53.801)	193.411	(53.801)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	8	(197.751)	49.362	-	-
Provisão para (reversão de) perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	(5.368)	1.427
Provisões (reversões) e atualização monetária		34	(9)	(121)	492
Ganho (perda) com ajuste a valor justo de propriedades para investimento	9	-	-	(129.803)	116.083
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7.4	-	-	32.536	(4.785)
Depreciação e amortização		40	32	216	188
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(1.479)	(2.805)
Impostos e contribuições a recuperar	7.1	(17)	(7)	189	(46)
Depósitos judiciais	10.2	(6)	(262)	(840)	(784)
Outros ativos		(574)	58	(644)	(13)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		557	(84)	108	(37)
Salários, provisão de férias e encargos sociais		460	(589)	662	(764)
Impostos e contribuições a recolher	7.2	-	-	-	360
Receitas diferidas		-	-	615	3.722
Outros passivos		-	-	785	374
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(3.846)	(5.300)	90.267	59.611
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(11.863)	(10.364)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(3.846)	(5.300)	78.404	49.247
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Propriedades para investimento	9	-	-	(4.277)	(2.020)
Pagamentos para aquisição de bens do ativo imobilizado e do ativo intangível		(18)	(74)	(127)	(134)
Dividendos recebidos de controladas	8	80.865	42.871	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		80.847	42.797	(4.404)	(2.154)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	12.3	(77.001)	(37.500)	(77.001)	(37.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(77.001)	(37.500)	(77.001)	(37.500)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		-	(3)	(3.001)	9.593
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	20	23	22.763	13.170
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	20	20	19.762	22.763
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		-	(3)	(3.001)	9.593

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Combrascan
Shopping Centers

CNPJ 28.189.439/0001-23

cício, com base no prazo do respectivo contrato de arrendamento. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo. Quando aplicável, os incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo prazo do contrato de arrendamento. Receita "res sperata": Refere-se à apropriação mensal, pelo regime de competência, dos valores referentes à comercialização dos títulos de preferência dos pontos comerciais ("luvas"). Os valores de "res sperata" são contabilizados como receitas diferidas, no passivo, no momento da assinatura do primeiro contrato de locação, diminuídos de seus custos correspondentes, sendo apropriados ao resultado de forma linear, com base no prazo do contrato de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir do início da locação. O prazo médio dos contratos de locação com "res sperata" é de 60 (sessenta) meses. Receita de prestação de serviços: Refere-se, substancialmente, às receitas com a prestação de serviços de administração de shopping center e edifício comercial, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência. Receita com estacionamento: Refere-se à receita dos serviços de estacionamento prestados pelo shopping center aos visitantes e lojistas, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência. As receitas de serviços prestados do Grupo estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3%. • Imposto sobre Serviço (ISS) - 5%. 3.17. Custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas: Os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com sua natureza. A segregação dos gastos entre custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas se dá por meio do registro dos departamentos organizacionais (por exemplo, centros de custo) em que os gastos são incorridos. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração (Nota 3.11). 3.18. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido): As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados com base na sistemática do lucro real. Quando da existência de base positiva, as provisões para o imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, quando aplicável, às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R$240, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Quando aplicável, os adiantamentos de imposto de renda e contribuição social efetuados durante o exercício são registrados no ativo circulante ("Impostos e contribuições a recuperar") e compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar, registrados no passivo circulante ("Impostos e contribuições a recolher"). As controladas ALS, RSSC e CBC adotam como regime de tributação o lucro presumido com base no regime de caixa e a controlada DIX o regime do lucro presumido com base no regime de competência. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os ativos, sobre as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal), incluindo os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os impostos diferidos são reconhecidos à medida que seja provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensáveis. Os impostos diferidos passivos calculados sobre o ganho apurado na avaliação a valor justo das propriedades para investimento foram calculados com base na alíquota efetiva do regime de tributação do lucro presumido para a parcela do custo histórico relativa às edificações e outros ativos, e com base na alíquota efetiva de 34% (lucro real) para a parcela do custo histórico relativa aos terrenos. Nas situações em que for aplicável, os impostos diferidos ativos e passivos são registrados pelo líquido, seja no ativo ou passivo não circulante. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício: O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício. 3.19. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras e atualização monetária de depósitos judiciais (receitas) e despesas bancárias (despesas), dentre outros, sendo registradas em conformidade com o regime de competência (Nota 15). 3.20. Instrumentos financeiros: Reconhecimento de ativos e passivos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria valor justo por meio do resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação. Classificação dos instrumentos financeiros: A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 48 – *Instrumentos Financeiros* para fins de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado ("Custo amortizado"); (ii) mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"); e (iii) mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). (i) Custo amortizado: Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para os exercícios apresentados, a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes nesta categoria. (ii) VJORA: Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, enquanto os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para investimentos específicos em instrumentos patrimoniais, que de outro modo seriam mensurados ao VJR, a Administração pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar mudanças subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes. A Companhia não possui ativos financeiros nesta categoria. (iii) VJR: Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA são classificados na categoria VJR, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado. A Administração também pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável um ativo financeiro como mensurado ao VJR se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos, e respectivos ganhos e perdas, em bases diferentes. A Companhia não possui ativos financeiros nesta categoria. Todos os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, que não são mensurados ao VJR possuem seu valor recuperável avaliado a cada data de balanço. Ativos financeiros são considerados sob a perspectiva de perda do valor recuperável quando houver evidência objetiva que, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento tenham sido afetados. Durante os exercícios findos em 31/12/21 e de 2020, a Companhia não reconheceu perdas no valor recuperável de ativos financeiros. Baixa de ativos e passivos financeiros: Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou a Companhia transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Nos casos em que não há transferência ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados se não houver retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido. Ao baixar um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação recebida será reconhecida no resultado. Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram. Compensação entre ativos e passivos financeiros: Ativos e passivos financeiros são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.21. Distribuição de dividendos: A política contábil de reconhecimento de dividendos está em conformidade com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes* e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - *Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos*, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. Conforme definido no acordo de acionistas, observados os preceitos legais, a Companhia deverá distribuir dividendos aos seus acionistas nos termos do Estatuto Social, que estabelece o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 12% (doze por cento) calculados sobre o lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação de reservas, salvo deliberação contrária pela Assembleia Geral de Acionistas, conforme dispõe o Art. 202, § 3º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). As destinações para reservas, por conseguinte, são realizadas conforme propostas encaminhadas pela Diretoria e entendimentos mantidos com os membros do Conselho de Administração da Companhia. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício terá o destino que lhe for deliberado em Assembleia Geral de Acionistas. O dividendo mínimo obrigatório é reconhecido como passivo ao encerramento de cada exercício. 3.22. Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa é preparada em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - *Demonstração dos Fluxos de Caixa*, por meio do método indireto, no qual segregam-se os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, reconciliando-se o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os fluxos de caixa líquidos e com a variação do caixa e equivalentes de caixa. As alterações nos itens do balanço patrimonial que não resultaram em fluxos de caixa, tais como variações de valor justo das propriedades para investimento e demais itens não monetários, foram eliminadas para efeitos de preparação desta demonstração. A Companhia e suas controladas classificam na demonstração dos fluxos de caixa os dividendos recebidos como atividade de investimento, por entender que os dividendos recebidos representam um retorno sobre os investimentos. Quando aplicável, os dividendos pagos aos sócios acionistas são classificados como atividades de financiamento. **4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** Na aplicação das principais políticas contábeis da Companhia (Nota 3), a Administração exerce julgamentos e desenvolve estimativas para os valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas associadas são baseadas na experiência histórica e demais fatores considerados relevantes e, portanto, os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração da Companhia. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente. A Administração concluiu que os julgamentos e estimativas consideradas mais significativas na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes: 4.1. Mensuração da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: O Grupo estima perdas no valor recuperável das contas a receber de clientes, quando existe evidência objetiva de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do recebível e tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados, os quais podem ser estimados de forma confiável. Tais evidências incluem insolvência, inadimplência ou uma probabilidade significativa de um devedor declarar falência (Nota 6). 4.2. Mensuração do valor justo das propriedades para investimento: A Companhia avalia suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo das propriedades para investimento. Os referidos avaliadores utilizaram os métodos de abordagem de receita (fluxo de caixa descontado) e de capitalização direta ("yield"). As principais premissas adotadas na determinação do valor justo das propriedades para investimento são detalhadas na nota explicativa nº 9. 4.3. Provisões para perdas em processos judiciais e outras obrigações: As reclamações contra o Grupo, incluindo reclamações não declaradas ou avaliações, são reconhecidas como passivo e/ou divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a menos que a probabilidade de perda seja considerada remota. Créditos e provisões para outras obrigações são registrados quando a perda é provável e o montante puder ser estimado de forma confiável. As reclamações e demais obrigações similares poderão ser liquidadas quando ocorrerem um ou mais eventos futuros. Normalmente, a ocorrência de tais eventos não está sob o controle do Grupo e, portanto, a avaliação desses passivos está sujeita a diversos graus de incerteza jurídica e interpretação, e requer que a Administração faça uso de estimativas e exerça julgamentos significativos. Certas condições podem existir à data da emissão das demonstrações financeiras, podendo resultar em prejuízo para o Grupo, mas que somente será resolvido quando ocorrerem ou não ocorrerem tais eventos futuros. A Administração e seus assessores legais externos avaliam tais passivos contingentes, e tal avaliação envolve inerentemente um exercício de julgamento. Os assessores legais externos do Grupo avaliam as perdas decorrentes de processos judiciais pendentes contra o Grupo ou de reclamações não garantidas que possam resultar desses processos, avaliando os méritos percebidos de quaisquer processos judiciais ou reclamações não declaradas, bem como os méritos percebidos do montante de negociação neles procurados ou esperados. Se a avaliação de uma contingência indicar que é provável que um prejuízo material tenha sido incorrido e o montante do passivo puder ser estimado de forma confiável, então o passivo estimado é provisionado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Nota 10.2). Se a avaliação indicar que uma contingência de perda potencialmente material não é provável, mas é razoavelmente possível, então a natureza do passivo contingente é divulgada em nota explicativa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Nota 10.3). 4.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos e a recuperar: A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais, quando aplicáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucros tributáveis futuros suficientes com base em projeções e previsões orçamentárias elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões orçamentárias incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, ao volume de serviços, outras taxas e fatores que podem diferir das estimativas atuais. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisto ao final de cada exercício e, se aplicável, reduzido na medida em que não seja provável lucros tributáveis suficientes para permitir a recuperação total ou parcial do ativo (Nota 7.3).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Caixa e depósitos bancários	20	20	4.658	8.134
Aplicações financeiras (*)	-	-	15.104	14.629
	20	20	19.762	22.763

(*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com rentabilidade média pós-fixada de 101,77% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2021 (97,75% em 2020), podendo ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas dos rendimentos a serem auferidos.

6. Contas a receber de clientes (consolidado)

	31/12/21	31/12/20
Locação de lojas, administração e estacionamento (i):		
A vencer	26.227	22.179
Vencidos	33.548	45.614
Subtotal	59.775	67.793
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(21.539)	(34.278)
Contas a receber de clientes, líquido	38.236	33.515
Circulante	33.763	25.705
Não circulante	4.473	7.810

(i) As contas a receber de clientes possuem prazo médio de vencimento de 30 dias, sendo os encargos (juros de mora e multas) cobrados de acordo com os contratos vigentes e negociação entre as partes. A celebração dos contratos de locação dos espaços comerciais e de uso comum do shopping center Rio Sul é necessariamente precedida da avaliação individual da idoneidade e da capacidade financeira do potencial locatário, mediante análise de documentos contábeis, fiscais, certidões, dentre outros. Nos exercícios de 2021 e de 2020, em decorrência, principalmente, dos impactos advindos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a Companhia e suas controladas não registraram contabilmente os encargos locatícios com base nos contratos vigentes, devido à remota expectativa de realização destes valores (Nota 3.5). A seguir está demonstrada a composição, por vencimento, dos valores vencidos e não incluídos na provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/21	31/12/20
Até 90 dias	2.547	3.525
Acima 90 dias	9.462	7.811
Total	12.009	11.336
Locação de lojas	10.359	10.024
Confissões de dívida	1.650	1.312

A movimentação do saldo da rubrica "Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa" está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(34.278)	(32.851)
Reversão (provisão) de títulos	5.368	(1.427)
Baixa de títulos incobráveis (*)	7.371	-
Saldos no fim do exercício	(21.539)	(34.278)

(*) Refere-se, basicamente, à baixa dos títulos incobráveis relativos ao cliente Lojas Americanas, em função do acordo realizado entre as partes, bem como desistência das ações em curso movidas pela Companhia. **7. Impostos e contribuições:** 7.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
PIS/COFINS	54	56	63	142
IRPJ/CSLL	489	470	492	602
Outros	-	-	23	23
Total	543	526	578	767

7.2. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado):	31/12/21	31/12/20
PIS/COFINS	461	724
IRPJ/CSLL	4.111	3.993
Outros	157	228
Total	4.729	4.945

Os impostos e contribuições a recolher representam obrigações registradas pelo regime de competência, e sua liquidação é efetuada de acordo com suas respectivas datas de vencimento. 7.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos (Consolidado):

	31/12/21	31/12/20
IRPJ/ CSLL diferidos passivos (*)	252.352	234.014
PIS e COFINS diferidos passivos	455	370
	252.807	234.384

(*) Referem-se, substancialmente, aos impostos diferidos calculados sobre a diferença temporária oriunda dos ajustes a valor justo das propriedades para investimento e o valor do custo de aquisição, com base na alíquota efetiva do regime de tributação do lucro presumido para a parcela relativa às edificações e com base na alíquota efetiva de 34% para a parcela relativa aos terrenos. 7.4. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado: As despesas e os benefícios com o imposto de renda e a contribuição social nos resultados dos exercícios findos em 31/12/21 e de 2020, encontram-se apresentados na reconciliação do imposto entre a alíquota oficial e a alíquota efetiva, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	193.411	(53.801)
Resultado de equivalência patrimonial	(197.751)	49.362
Outras diferenças permanentes	761	(288)
Base de cálculo de IRPJ/CSLL	(3.579)	(4.727)
Alíquota nominal combinada de IRPJ/ CSLL	34%	34%
IRPJ/ CSLL à alíquota nominal combinada	(1.217)	(1.607)
Créditos tributários não constituídos (*)	1.217	1.607
IRPJ/ CSLL reconhecidos no resultado	-	-

(*) Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não foram registrados nas demonstrações financeiras em decorrência da baixa expectativa da Companhia em gerar lucros tributários futuros para a sua realização. Em 31/12/21 e de 2020, a Companhia possuía os montantes de R$29.775 e de R$28.504, respectivamente, referentes à créditos tributários diferidos não constituídos. As controladas efetuam a apuração do imposto de renda e da contribuição social de acordo com a metodologia do lucro presumido pelo regime de caixa e competência, como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Receita operacional líquida	123.755	83.778
Base de cálculo - 32%	39.602	26.809
Receitas financeiras	1.992	801
Base de cálculo do lucro presumido	41.594	27.610
Alíquota nominal combinada de IRPJ/ CSLL	34%	34%
IRPJ/ CSLL à alíquota nominal combinada	(14.142)	(9.387)
IRPJ/ CSLL sobre resultado de ajuste a valor justo de propriedades para investimento (lucro presumido)	(17.791)	15.814
Outros ajustes	(603)	(1.642)
IRPJ/CSLL reconhecidos no resultado	(32.536)	4.785
Corrente	(14.198)	(10.536)
Diferido	(18.338)	15.321

8. Investimentos em controladas: As controladas ALS, RSSC e CBC possuem como atividade principal a locação de espaços comerciais no empreendimento Rio Sul Shopping Center, localizado na cidade do Rio de Janeiro. A controlada DIX possui como atividade principal a administração, o gerenciamento e o serviço de estacionamento no empreendimento Rio Sul Shopping Center, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

	Controladora						
	2021						
	Quantidade de ações/ cotas	% de participação no capital total	Capital social	Patrimônio líquido (acrescido do resultado do exercício)	Lucro líquido do exercício	Valor contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
ALS	27.446.923	100,00%	293.716	637.482	61.089	637.482	61.089
RSSC	26.639.661	100,00%	286.702	608.598	64.693	608.598	64.693
CBC	29.158.878	100,00%	289.898	600.384	63.585	600.384	63.585
DIX	432.969	99,86%	433	586	8.396	586	8.384
						1.847.050	197.751

	Controladora						
	2020						
	Quantidade de ações/ cotas	% de participação no capital total	Capital social	Patrimônio líquido (acrescido do resultado do exercício)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Valor contábil do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
ALS	27.446.923	100,00%	293.716	597.938	(21.741)	597.938	(21.741)
RSSC	26.639.661	100,00%	286.702	574.678	(15.754)	574.678	(15.754)
CBC	29.158.878	100,00%	289.898	571.545	(17.732)	571.545	(17.732)
DIX	432.969	99,86%	433	586	5.873	586	5.865
						1.744.747	(49.362)

A movimentação dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31/12/21 e de 2020, é como segue:

	ALS	RSSC	CBC	DIX	Total
Saldo em 31/12/19	619.679	590.432	589.277	586	1.799.974
Resultado de equivalência patrimonial	(21.741)	(15.754)	(17.732)	5.865	(49.362)
Dividendos recebidos	-	-	-	(5.865)	(5.865)
Saldo em 31/12/20	597.938	574.678	571.545	586	1.744.747
Resultado de equivalência patrimonial	61.089	64.693	63.585	8.384	197.751
Dividendos recebidos e propostos	(21.545)	(30.773)	(34.746)	(8.384)	(95.448)
Saldo em 31/12/21	637.482	608.598	600.384	586	1.847.050

Os saldos dos investimentos em controladas refletem, principalmente, o valor justo das propriedades para investimento nas datas dos balanços. Consequentemente, refletem a melhor estimativa também de seu valor recuperável. **9. Propriedades para investimento (consolidado):** A movimentação dos saldos de propriedades para investimento nos exercícios findos em 31/12/21 e de 2020, é como segue:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.940.500	2.054.800
Adições (a)	4.277	2.020
Ganho (perda) com ajuste a valor justo	129.803	(116.083)
Ajuste de linearização dos aluguéis (b)	(380)	(237)
Saldo no final do exercício	2.074.200	1.940.500

(a) Gastos diretos (incluindo reparos e manutenções) provenientes das propriedades para investimento. (b) Em 31/12/21 e de 2020, os reajustes de degraus previstos nos contratos de locação, nos montantes de R$1.179 e R$1.559, respectivamente, foram considerados na mensuração de valor justo das propriedades para investimento. Os valores justos das propriedades para investimento foram determinados com base em laudo de avaliação econômico-financeira ("Laudo"), elaborado por empresa de avaliação independente, que utilizou o método de abordagem de receita (fluxo de caixa descontado). As principais premissas consideradas na elaboração do Laudo referem-se às receitas e despesas operacionais projetadas, taxas de crescimento e de desconto, dentre outras. Para os exercícios findos em 31/12/21 e 2020, o Laudo foi efetuado utilizando como base, exclusivamente, o método de abordagem de receita (fluxo de caixa descontado), visando minimizar os impactos da pandemia da Covid-19 nos resultados de curto prazo, que impactam diretamente na avaliação dos ativos. O método de abordagem de receita (fluxo de caixa descontado) é determinado com base na performance real das propriedades por um período de 10 anos, considerando a perpetuidade a partir do décimo ano. **10. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** 10.1. Ativos contingentes: A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados. 10.2. Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas a reclamações de natureza trabalhista, fiscal, cível. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e suas controladas. Com base nesta avaliação, a Administração registrou provisão para cobrir as prováveis perdas referentes, substancialmente, a processos de natureza tributária e trabalhista.

	Controladora			
	31/12/21		31/12/20	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Tributária	28.899	31.858	28.606	31.455
Trabalhista	18	-	18	-
Cível	2.286	-	2.203	-
Total	31.203	31.858	30.827	31.455
Circulante	1.330	-	1.283	-
Não circulante	29.873	31.858	29.544	31.455

	Consolidado			
	31/12/21		31/12/20	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Tributária	28.899	31.858	28.606	31.455
Trabalhista	18	-	18	-
Cível	16.441	1.123	15.525	1.278
Total	45.358	32.981	44.149	32.733
Circulante	1.456	-	1.289	-
Não circulante	43.901	32.981	42.860	32.733

Contingências de natureza tributária: A Companhia impetrou os Mandados de Segurança nº 99.0005931-0 e nº 99.0019358-0, objetivando discutir, respectivamente, a exigibilidade da COFINS e do PIS nos termos da Lei nº 9718/98. Com a edição da Lei nº 11.941/09, art. 79, inciso XII, foi revogado o parágrafo I do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que determinava a incidência do PIS e da COFINS sobre a totalidade das receitas auferidas pelas empresas, e não apenas sobre os valores relativos ao seu faturamento decorrente da comercialização de bens e serviços. A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que existem boas chances das contribuições incidentes sobre outras receitas, que não as decorrentes de venda e/ou locação de bens imóveis, não serem mais exigidas. Em relação às receitas decorrentes da venda e/ou locação de bens imóveis e serviços, a classificação da probabilidade de perda permanece como "provável", sendo certo que, em relação ao Mandado de Segurança nº 99.0019358-0, aguarda-se que o Supremo Tribunal Federal (STF) aprecie o recurso extraordinário interposto pelas partes. Com relação ao Mandado de Segurança nº 99.0005931-0, aguarda-se o julgamento, no STF, do Recurso Extraordinário (RE) nº 599.658/SP, com repercussão geral, nos termos do art. 543-B do Código de Processo Civil - CPC, cujo resultado orientará a decisão a ser proferida no âmbito do recurso extraordinário interposto pela Companhia. Em 31/12/21, encontra-se provisionado no passivo não circulante, o risco de perda considerado como provável no montante de R$28.899 (R$28.413 em 31/12/20). A Companhia possui depósito judicial para tais processos no montante de R$28.899 em 31/12/21 (R$28.413 em 31/12/20). A movimentação da provisão nos exercícios findos em 31/12/21 e de 2020 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/19	31.464	32.241
Adições	17	1.074
Reversões	(218)	(774)
Atualizações monetárias	192	192
Saldo em 31/12/20	31.455	32.733
Adições	36	86
Reversões	(2)	(207)
Atualizações monetárias	369	369
Saldo em 31/12/21	31.858	32.981

10.3. Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 31/12/21 e de 2020, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração, e por seus consultores legais externos, não estão provisionados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são compostos, substancialmente, por processos de natureza tributária, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Trabalhista	227	298	227	317
Cível (i)	-	-		4.665
Tributária	39	39	73	280
Outras	-	-	-	293
Total	266	337	300	5.555

(i) A redução refere-se, substancialmente, aos acordos efetuados com lojistas ao longo do exercício 2021 em ações renovatórias. **11. Transações com partes relacionadas:** Em 31/12/21 e de 2020, os detalhes dos saldos e transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora			
	31/12/21		31/12/20	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
DIX (i)	6.090	-	3.569	-
ALS (i)	7.330	-	5.987	-
RSSC (i)	7.763	-	1.641	-
CBC (i)	7.630	-	3.033	-
BRASC RS Shopping Center S.A. (ii)	-	12.533	-	5.918
Combrashop – Companhia Brasileira de Shopping Centers (ii)	-	10.676	-	5.041
Total	28.813	23.209	14.230	10.959

	Consolidado			
	31/12/21		31/12/20	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
BRASC RS Shopping Center S.A. (ii)	-	12.534	-	5.921
Combrashop – Companhia Brasileira de Shopping Centers (ii)	-	10.676	-	5.044
Total	-	23.210	-	10.965

(i) Referem-se aos dividendos propostos pelas controladas, a serem recebidos em exercícios subsequentes, e que, portanto, correspondem a transações não envolvendo caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa. (ii) Referem-se aos dividendos propostos pela Companhia, a serem pagos em exercícios subsequentes, e que, portanto, correspondem a transações não envolvendo caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa. Remuneração do pessoal-chave da Administração: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, determinar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. A remuneração dos administradores é avaliada anualmente, considerando os seguintes principais fatores: desempenho individual no ano anterior, indicadores e movimentos do mercado e contribuição esperada do indivíduo para o crescimento da Companhia. A remuneração dos administradores (i), durante os exercícios findos em 31/12/21 e de 2020, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Benefícios de curto prazo (ii)	894	1.192

(i) Administradores consideram-se os diretores estatutários da Companhia. (ii) Os benefícios de curto prazo se referem, substancialmente, a remuneração fixa (pró-labore e gratificações), encargos sociais (contribuições para a seguridade social – INSS e FGTS, dentre outros) e participação nos lucros (pagáveis dentro de 12 meses a partir da data de encerramento do exercício). A Companhia e suas controladas não possuem benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração. **12. Patrimônio líquido:** 12.1. Capital social: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital autorizado é de 20.000.000 lotes de mil

Combrascan
Shopping Centers

CNPJ 28.189.439/0001-23

ações. Em 31/12/21 e de 2020, o capital subscrito, totalmente integralizado, é de R$865.378, dividido em 7.574.836 lotes de mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. 12.2. Reservas de lucros: Reserva legal: De acordo com o Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício, antes de qualquer outra destinação, e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada na compensação de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída a título de dividendos. Em 31/12/21, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R$9.671, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício referente ao exercício findo naquela data. Em decorrência do prejuízo apurado no exercício findo em 31/12/20, a Companhia não constituiu reserva legal no referido exercício. Em 31/12/21 e de 2020, o saldo da reserva legal é de R$86.653 e de R$76.982, respectivamente. Reserva para investimentos e capital de giro: Refere-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento às necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos conforme orçamento de capital e reforço do capital de giro da Companhia. Durante o exercício findo em 31/12/21, a Companhia constituiu reserva para investimentos e capital de giro no montante de R$160.531. Em 31/12/20, a reserva de investimento e capital de giro absorveu o prejuízo no montante de R$53.801 apurado no exercício findo naquela data. Em 31/12/21 e de 2020, o saldo da reserva para investimentos e capital de giro é de R$899.669 e R$805.180, respectivamente. 12.3. Distribuição de dividendos: Os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31/12/21 foram calculados como segue:

	2021
Lucro líquido do exercício	193.411
Percentual dos dividendos mínimos obrigatórios (Nota nº 3.21)	12%
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	23.209

Durante o exercício findo em 31/12/21, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos, na proporção de suas ações, no montante de R$66.042, por meio da reversão de parte do saldo da reserva para investimentos e capital de giro. Esses dividendos foram integralmente pagos durante o exercício de 2021. Os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31/12/21, no montante de R$23.209, foram propostos pela Administração para liquidação no exercício subsequente. Em 31/12/20, a Companhia não propôs dividendos a pagar em decorrência do prejuízo auferido no exercício findo naquela data, no montante de R$53.801. Os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31/12/19, no montante de R$48.459, foram propostos pela Administração para liquidação no exercício subsequente. Contudo, devido aos impactos provocados pela pandemia da COVID-19 no caixa da Companhia e de suas controladas (Nota 1), o montante de R$10.959, referente ao saldo dos dividendos propostos no exercício de 2019, foi efetivamente pago em 2021. 12.4. Resultado por ação: O lucro líquido (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada das ações ordinárias durante o exercício. Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - *Resultado por Ação*, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31/12/21 e de 2020:

	Controladora	
	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	193.411	(53.801)
Média ponderada de ações (lotes de mil ações)	7.574.836	7.574.836
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em reais – R$)	25,53	(7,10)

A Companhia não possui potenciais ações dilutivas e, portanto, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. **13. Receita operacional líquida (consolidado):** A conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício está demonstrada a seguir:

Receita operacional bruta	2021	2020
Receitas de aluguel / "res sperata"	130.891	81.042
Receitas de prestação de serviços/estacionamento	18.607	14.410
Subtotal	149.498	95.452
Receitas canceladas	(19.946)	(7.698)
Total da receita operacional bruta	129.552	87.754
Impostos e contribuições sobre a receita	(5.797)	(3.976)
Receita operacional líquida	123.755	83.778

14. Custos, despesas comerciais, gerais e administrativas: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As demonstrações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal e encargos	(3.909)	(3.875)	(7.036)	(6.156)
Condomínios e fundo de promoção	-	-	(11.537)	(8.177)
Operação e controle de estacionamento	-	-	(1.449)	(1.788)
Auditoria e consultoria	(132)	(380)	(168)	(482)
Honorários advocatícios	(91)	(71)	(1.640)	(1.634)
Impostos, taxas e contribuições	(11)	(11)	(692)	(497)
Legais e judiciais	(2)	(18)	(187)	(426)
Propaganda e publicidade	-	-	(99)	(100)
Locações de imóveis	-	-	(203)	(182)
Intermediação de contratos	-	-	(2.471)	(558)
Negociações comerciais (*)	-	-	(6.892)	-
Projetos em desenvolvimento	-	-	(722)	(1.051)
Obrigações com entorno do shopping	-	-	(1.244)	(1.150)
Outros	(180)	(360)	(2.725)	(2.948)
Total	(4.325)	(4.715	(37.065)	(25.149)
Classificado como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	(26.587)	(14.081)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(4.325)	(4.715)	(10.478)	(11.068)

(*) Refere-se, basicamente, às negociações comerciais efetuadas pelas controladas ALS, RSSC e CBC com os lojistas do shopping center. No exercício de 2021, as controladas efetuaram negociação comercial com o cliente Lojas Americanas, resultando em perdão de títulos no montante original de R$4.082 (R$17.241 – montante atualizado). **15. Receitas (despesas) financeiras**

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras:	2021	2020	2021	2020
Juros sobre aplicações financeiras e impostos a recuperar	66	41	639	401
Variações monetárias ativas	328	270	1.353	400
	394	311	1.992	801
Despesas financeiras:				
Variações monetárias passivas	(369)	(192)	(369)	(192)
Despesas bancárias	(6)	(1)	(83)	(119)
	(375)	(193)	(452)	(311)

16. Instrumentos financeiros: 16.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: Como política de gestão de ativos financeiros, o Grupo busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada aos riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (riscos de variação de preços e de taxa de juros). Em 31/12/21 e de 2020, os principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão apresentados a seguir:

		Controladora			
		31/12/21		31/12/20	
Ativos financeiros	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Custo amortizado	20	20	20	20
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 11)	Custo amortizado	28.813	28.813	14.230	14.230
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	589	589	116	116
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	Custo amortizado	23.209	23.209	48.459	48.459

		Consolidado			
		31/12/21		31/12/20	
Ativos financeiros	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Custo amortizado	19.762	19.762	22.763	22.763
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Custo amortizado	38.236	38.236	33.515	33.515
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	908	908	800	800
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	Custo amortizado	23.210	23.210	10.965	10.965

A Companhia não possui contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e derivativos "exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando dessa forma seu compromisso com sua política conservadora de gestão de caixa. Durante os exercícios findos em 31/12/21 e de 2020, a Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos. 16.2. Gestão dos riscos financeiros: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, de crédito e de mercado, conforme descrito a seguir: Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a exposição da Companhia à insuficiência de recursos de alta liquidez para cumprir com suas obrigações financeiras, devido ao descasamento de prazos ou volume nos fluxos de caixa estimados da Companhia. O risco de liquidez é gerenciado por meio da manutenção de reservas adequadas, efetuando o contínuo monitoramento dos fluxos de caixa real e projetado e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir detalha a análise de liquidez da Companhia para seus passivos financeiros. A tabela foi elaborada com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados para os instrumentos financeiros. Quando o montante a pagar não é fixado, o montante divulgado foi determinado por meio da projeção de taxas juros conforme a curva de remuneração destas taxas ao final do exercício:

	Fornecedores		Contas a pagar a partes relacionadas		Total	
Ano	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
			31/12/21			
2021	589	908	23.209	23.210	23.798	24.118
Total	589	908	23.209	23.210	23.798	24.118
			31/12/20			
2020	32	800	10.959	10.965	10.991	11.765
Total	32	800	10.959	10.965	10.991	11.765

Risco de crédito: O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente: o caixa e equivalentes de caixa (risco de crédito bancário) e as contas a receber de clientes e de partes relacionadas. Os montantes de exposição máxima desses instrumentos financeiros estão divulgados nas notas explicativas nº 5, 6 e 11, respectivamente. No que se refere ao risco de crédito bancário, a prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa em instituições financeiras com níveis de classificação (*ratings*) de crédito considerados adequados pela Administração. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação ao risco de clientes (incluindo partes relacionadas), a Companhia e suas controladas, por meio de controles internos, monitoram permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. Risco de variação de preço: As receitas da Companhia e suas controladas são decorrentes, substancialmente, de aluguéis de lojistas do shopping center. Em geral, os contratos de aluguel são atualizados conforme a variação anual do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os níveis de locação podem variar em virtude de condições econômicas adversas e, com isso, o nível das receitas poderá vir a ser afetado. A Administração da Companhia monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios. Risco de taxa de juros: Risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros, que diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. A análise de sensibilidade a seguir foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros na data do balanço. Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI: A expectativa de mercado indicava uma taxa estimada do CDI em 13,75%, cenário provável para o ano de 2022, ante a taxa efetiva de 4,42%, que corresponde ao CDI acumulado em 2021. A Administração efetuou análise de sensibilidade para os ativos (Consolidado) indexados ao CDI, conforme demonstrado a seguir:

Operação	Cenário provável
Taxa efetiva anual do CDI – 31/12/21	4,42%
Aplicações financeiras (Nota 5)	15.104
Taxa anual estimada do CDI (*)	13,75%
Efeito anual no resultado/patrimônio líquido:	
Aumento/(Redução)	1.409

(*) Juros calculados com base na projeção do CDI para 2022, que representa a média da taxa SELIC para o referido exercício (Mediana - Agregado), conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil, em 29/04/22. 16.3. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: Em 31/12/21, a Administração do Grupo procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração baseou-se nas seguintes premissas: • Caixa e equivalentes de caixa: os saldos de caixa e equivalentes de caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. • Contas a receber de clientes e fornecedores (terceiros): por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. Adicionalmente, os montantes do contas a receber de clientes e fornecedores (terceiros) divulgados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não diferem, significativamente, dos seus respectivos valores justos devido ao fato do giro dessas contas ser de, aproximadamente, 30 a 40 dias. • Contas a receber e a pagar a partes relacionadas: A Administração do Companhia entende que o valor justo se aproxima do saldo contábil considerando as condições comerciais acordadas entre as partes. **17. Seguros:** A Companhia e suas controladas, com base na natureza de suas atividades e na avaliação de seus consultores de seguros, adotam uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, objetivando a cobertura de eventuais sinistros. Desta forma, as coberturas de seguros são determinadas e contratadas anualmente com base em análises sistemáticas de riscos conjugadas com modernas técnicas securitárias, consideradas pela Administração como suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros envolvendo bens do ativo imobilizado. Em 31/12/21, a Companhia e suas controladas mantinham cobertura de seguros nas modalidades responsabilidade civil geral e riscos operacionais para o shopping center Rio Sul, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade do seguro	Objeto do seguro	Vigência De	Vigência Até	Valor segurado
Responsabilidade civil geral	Operação de shopping center	10/12/20	10/12/22	20.000
Responsabilidade civil geral	Empregador	10/12/20	10/12/22	2.250
Responsabilidade civil geral	Guarda de veículos de terceiros	10/12/20	10/12/22	3.000
Responsabilidade civil geral	Obras civis, manutenção e assistência técnica	10/12/20	10/12/22	60.000
Riscos operacionais	Shopping Rio Sul/ Torre Rio Sul - danos materiais	10/12/20	10/12/22	1.039.828
Riscos operacionais	Shopping Rio Sul – lucros cessantes	10/12/20	10/12/22	224.820
Riscos operacionais	Torre Rio Sul - lucros cessantes (despesas fixas 12 meses)	10/12/20	10/12/22	16.284

18. Eventos subsequentes: 18.1. Distribuição de dividendos: Os acionistas da Companhia aprovaram, em assembleia geral, a distribuição de parte do saldo de dividendos mínimos obrigatórios propostos no exercício de 2021, da seguinte forma: • R$9.000 em 10 de janeiro de 2022; • R$9.500 em 10 de fevereiro de 2022; • R$4.709 em 10 de março de 2022. Os acionistas da Companhia aprovaram, em assembleia geral, a distribuição de dividendos mediante reversão de parte do saldo da reserva de investimentos e capital de giro, da seguinte forma: • R$1.291 em 10 de março de 2022 • R$10.000 em 29 de março de 2022. • R$6.000 em 11 de abril de 2022. • R$7.000 em 10 de maio de 2022. • R$8.000 em 10 de junho de 2022. • R$6.000 em 08 de julho de 2022. 18.2. Levantamento de depósitos judiciais e repetição de indébito tributário: Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública – TCLLP (Ação Ordinária nº 0039791 - 13. 1996.8.19.0001): A Companhia, em conjunto com outras empresas (Condomínio do Edifício Rio Sul Center, Combracenter Shopping Centers S.A. e Gávea Hotelaria S.A.), ajuizou a Ação Ordinária nº 0039791-13.1996.8.19.0001 em face do Município da Cidade do Rio de Janeiro, mediante a qual objetivava a anulação de débitos tributários relativos à TCLLP exigidos pela municipalidade em relação ao ano de 1996, os quais foram depositados administrativamente pela Companhia nos autos do processo nº 04/00/0011515/96-7, bem como a repetição dos valores que já haviam sido recolhidos a tal título nos exercícios de 1994 e 1995. A referida demanda judicial transitou em julgado favoravelmente à Companhia e demais empresas, que instaurou o respectivo incidente de Cumprimento de Sentença, tendo a Companhia já obtido o levantamento dos valores depositados judicialmente, correlatos ao exercício de 1996, no montante de R$11.840, sendo que, atualmente, segue pendente a restituição do indébito referente aos valores recolhidos nos exercícios de 1994 e 1995, mediante precatório. **19. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 07/07/22.

DIRETORIA: Ilton Nobrega dos Santos - Diretor Presidente; Felipe Candeias Gadelha - Diretor Financeiro; Vanessa Lima Dal Bello - Diretora Jurídica; Gustavo Carvalho Pierotti - Diretor Comercial; Fábio de Oliveira Nametz - Diretor Técnico.
CONSELHO: Membros Efetivos do Grupo A - Jaime Aron Teig e Maria Gabriela Peretti Gurtensten; **Membros Efetivos do GRUPO B -** Marcos Baptista Carvalho, Marcelo Baptista Carvalho e Evandro Ferrer Santana.
Membros Suplentes do Grupo A - Benami Teig e Kim Gurtensten Fabri. **Membros Suplentes do Grupo B -** Paulo Sergio Vieira de Brito, Tarso Rebello Dias e Antonio Horacio dos Santos Junior.
CONTADORA: Elaine dos Santos Borges de Almeida - CRC - RJ - 092112/O-0.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Combrascan Shopping Centers S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Combrascan Shopping Centers S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/21 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Combrascan Shopping Centers S.A. em 31/12/21, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15/07/22.

Deloitte. Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
Charles Mace de Aguiar - Contador - CRC nº 1 RJ 109819/O-1

TURMA DA BOIADA

Ministro fala em explorar petróleo na foz do Amazonas

Na mira das petroleiras que operam no Brasil devido a grandes perspectivas de descobertas, a bacia da foz do rio Amazonas pode ser explorada de forma sustentável, defendeu ontem o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite.

Ele participou da abertura da Rio Oil and Gas, feira que reúne empresas do setor no Rio de Janeiro. Travada por falta de licenças ambientais, a exploração de petróleo na foz do Amazonas foi um dos principais temas da cerimônia de abertura.

A região tem características semelhantes a grandes descobertas de petróleo já feitas na Guiana e no Suriname. No Brasil, porém, a dificuldade de licenciar poços levou a francesa Total a desistir da área e vender suas participações à Petrobras.

A estatal ainda aposta na região, disse nesta segundo o presidente da empresa, Caio Paes de Andrade, que gravou um vídeo para participar da abertura da feira. A Petrobras já tem planos para perfurar poços na área, mas ainda depende de aval dos órgãos ambientais.

No início do mês, o Ministério Público Federal pediu a suspensão das atividades na bacia, alegando que a construção de uma base aérea e a disposição de rejeitos impactarão comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas e que não houve consulta prévia.

A companhia negocia com o Ibama (Instituto Brasileiro de Recursos Naturais e Renováveis) um teste de perfuração na área para liberar o primeiro poço, previsto para novembro. A ideia é simular a operação para análise dos recursos de emergência disponíveis.

Para isso, a empresa mobilizou cinco embarcações de contenção de óleo, dois helicópteros e um avião, disse o diretor de exploração e produção da companhia, Fernando Borges. A perfuração pode ser iniciada assim que a licença sair.

"Estamos com todos os recursos mobilizados e isso custa milhões de dólares por dia", afirmou. A estatal passou a chamar a região do primeiro poço de Amapá Águas Profundas, para desvincular o projeto do rio Amazonas.

Borges defende que as primeiras operações acontecerão longe da foz do rio, a cerca de 40 quilômetros da fronteira com a Guiana Francesa. A região é a nova aposta exploratória da Petrobras, que gera expectativa depois que a Exxon descobriu reservas de bilhões de barris na Guiana.

"Temos uma grande chance. Mas só vai se concretizar se pudermos, com responsabilidade social, extrairmos petróleo", reforçou o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, reclamando que os primeiros pedidos de licença foram feitos há 11 anos.

Em entrevista após a cerimônia de abertura da feira, Leite disse que o Brasil segue rigorosas leis ambientais e que é possível chegar a um modelo de "exploração sustentável" da região. "Dá para explorar petróleo e garantir a proteção ambiental", afirmou.

Segundo projeções do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás), o setor vai investir de US$ 183 bilhões (R$ 980 bilhões pela cotação atual) no Brasil pelos próximos dez anos. Esse valor geraria 500 mil postos de trabalho.

A estimativa também foi divulgada na abertura da feira, a primeira edição presencial em quatro anos, e ocorre em um cenário de maior questionamento sobre os impactos da atividade na emissão de gases do efeito estufa.

O setor defende que será importante no processo de transição energética e que pode produzir com menor intensidade de carbono. "A indústria do petróleo defende a transição, mas com segurança para evitar a pobreza energética", disse o presidente do IBP, Roberto Ardenghy, em seu discurso de abertura.

PRIMAVERA: Nublado durante o dia. Chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 28º 21º 85% 05:38 17:51

VIOLÊNCIA

Operação policial deixa 5 mortos na Maré

Cinco pessoas morreram e outras três ficaram feridas em uma operação policial no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Outras 19 pessoas foram detidas. O conflito chegou à Linha Vermelha, uma das principais vias expressas da cidade.

Motoristas se jogaram no chão para se proteger do tiroteio. Escolas e postos de saúde da região interromperam os serviços. A operação, segundo as polícias Militar e Civil, segue em andamento.

Segundo a Polícia Militar, as cinco pessoas mortas eram suspeitas de crimes e as três pessoas que foram feridas tem mandados de prisão em aberto contra elas. A identidade delas não foi confirmada. O socorro foi feito ao Hospital Federal de Bonsucesso. As ocorrências seguirão para a Delegacia de Homicídios da Capital.

A operação está sendo realizada de forma conjunta pela Secretaria de Estado de Polícia Militar e a Secretaria de Estado de Polícia Civil. O objetivo é, segundo as polícias, conter tentativas de investidas de uma facção criminosa contra outra nesta região. A ação conta com efetivo de 120 policiais e emprego de seis veículos blindados e duas aeronaves.

Policiais militares do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), do Batalhão de Ações com Cães (BAC) e policiais civis da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) estão atuando nas comunidades Vila do João e Vila dos Pinheiros.

Até o fechamento da matéria, a operação apreendeu dois fuzis, uma pistola, uma réplica de arma de pressão, uma granada, aproximadamente uma tonelada de maconha e 50 pés de cannabis, 48 frascos de lança-perfume, além recuperar carros e motocicletas roubados.

TIROTEIO

Por volta das 7h, o conflito chegou à Linha Vermelha, interrompendo o trânsito e causando retenção. Motoristas deixaram os veículos e deitaram no chão para se proteger. Houve bloqueios intermitentes também na Linha Amarela, via expressa que também delimita o Complexo da Maré.

Policiais militares do 22º BPM (Maré) e do Batalhão de Policiamento em Vias Expressas (BPVE) interromperam preventivamente o fluxo da Linha Vermelha para resguardar usuários no período da manhã. Equipes do Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidão (Recom) também foram deslocadas em reforço para a região, de acordo com nota da PM.

As aulas de 35 escolas da região da Maré foram suspensas e segundo a Secretaria Municipal de Educação, estão realizando atendimento remoto para garantir a segurança de alunos e funcionários.

As escolas seguem protocolo estabelecido pelo Programa Acesso Mais Seguro, estabelecido em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. O programa tem como objetivo mitigar riscos por meio de protocolos que são aplicados por professores, alunos e toda a comunidade escolar de unidades localizadas em áreas de conflito. Sempre que há uma situação de risco o protocolo é acionado.

O Centro Municipal de Saúde Vila do João e as clínicas da família Augusto Boal, Adib Jatene e Jeremias Moraes da Silva, localizadas na região da Maré, também interromperam o funcionamento nesta segunda-feira e acionaram o protocolo de acesso mais seguro para a segurança de profissionais e usuários.

ALS SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ: 05.919.041/0001-08

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS	726.791	679.396
CIRCULANTES	12.446	10.065
Caixa e equivalentes de caixa	4.920	4.078
Contas a receber	7.461	5.899
Contas a receber com sociedades ligadas	7	11
Impostos e contribuições	–	75
Outros ativos	58	2
NÃO CIRCULANTES	714.344	669.331
Contas a receber	1.300	1.999
Depósitos judiciais	7.817	7.562
Propriedades para investimentos	705.228	659.770
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	726.791	679.396
CIRCULANTES	8.969	7.986
Contas a pagar com terceiros	84	159
Contas a pagar com sociedades ligadas	7.355	5.996
Impostos e contribuições	1.100	757
Receita Diferida	430	1.074
NÃO CIRCULANTES	80.340	73.473
Impostos e contribuições diferidos	79.058	72.936
Provisões	193	350
Receita diferida	1.089	187
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	637.482	597.937
Capital social	293.716	293.716
Reserva de lucros	343.766	304.221

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto prejuízo por lote de mil ações)

	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	30.806	19.819
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(5.164)	(2.501)
LUCRO BRUTO	25.642	17.318
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais, administrativas e comerciais	(1.590)	(1.515)
Provisão para devedores duvidosos	1.415	(374)
Ganho com propriedades para investimentos	44.085	(39.456)
Outras despesas operacionais, líquidas	634	(639)
Total	44.545	(41.984)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	70.187	(24.666)
Despesas financeiras	(3)	(19)
Receitas financeiras	674	173
Total	671	154
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	70.858	(24.512)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(9.770)	2.771
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	61.089	(21.741)
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações–R$	2.225,69	(792,12)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	61.089	(21.741)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	–	–
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	61.089	(21.741)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da ALS Shopping Centers S.A., tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Investimento e capital de giro	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	293.716	24.334	301.628	–	619.678
Prejuízo do exercício	–	–	–	(21.741)	(21.741)
Absorção de prejuízos	–	–	(21.741)	21.741	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	293.716	24.334	279.887	–	597.937
Dividendos pagos (R$ 518,00 por lote de mil ações)			(14.212)		(14.212)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	61.089	61.089
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal	–	3.054	–	(3.054)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 267,00 por lote de mil ações)	–	–	–	(7.331)	(7.331)
Reserva de investimento e capital de giro	–	–	50.704	(50.704)	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	293.716	27.388	316.379	- 0	637.482

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	61.089	(21.741)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(1.415)	374
Provisões (reversões)	–	218
Ganho nas propriedades para investimento	(44.085)	39.456
Impostos e contribuições diferidos	6.122	(4.874)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	411	(652)
Depósitos judiciais	(256)	(416)
Contas a receber com sociedades ligadas	4	5
Outros ativos	(56)	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar com terceiros	(74)	(47)
Receita diferida	259	(48)
Impostos e contribuições	3.584	2.092
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício	(3.241)	(2.273)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) pelas atividades operacionais	22.342	12.096
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos em propriedades para investimento	(1.299)	(542)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(1.299)	(542)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos pagos	(20.200)	(9.200)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(20.200)	(9.200)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	842	2.353
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	4.078	1.725
Saldo final	4.920	4.078
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	842	2.353

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações Gerais: A Sociedade tem por objeto social a locação de bens imóveis próprios e a administração de bens imóveis próprios e de terceiros, principalmente os situados em shopping centers; a compra e venda de imóveis construídos ou em construção; a corretagem, a incorporação de imóveis próprios, construídos ou em construção; a promoção de eventos comerciais e industriais; prestação de serviços e assessoramento na área de shopping centers, por conta própria ou por representação, tais como planejamento e assessoria de vendas, assessoria econômico financeira; assessoria em serviços de publicidade, propaganda e comunicação, análise e processamento de dados e a participação em outras sociedades; serviços de diversão e entretenimento e auxiliares, incluindo espetáculos e atividades afins; e a exposição de veículos automotores. **2. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3. Principais Políticas Contábeis:** Caixa e Equivalentes de Caixa – representam saldo de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Contas a Receber – representam direitos de aluguéis a receber, cuja contrapartida é o resultado do exercício, incluindo rendimentos e variações monetárias auferidas. Propriedades para Investimento – representam propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital, incluindo imobilizações em andamento para tal propósito. Impostos e Contribuições Diferidos–representam impostos diferidos reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Capital Social – Está representado por 27.447 lotes de mil ações ordinárias nominativas, sem valor. Receita Líquida – É mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções ou descontos comerciais e impostos incidentes sobre a receita. **4. Impactos Pandemia Coronavírus (Covid-19):** Durante os exercícios de 2020 e 2021, os eventos e condições gerados pela disseminação do novo coronavírus (COVID-19) e pelas medidas implementadas pelos governos federal, estadual e municipal para conter a propagação da COVID-19, dentre elas, o fechamento de estabelecimentos comerciais, inclusive de shopping centers, resultaram em níveis de incertezas e riscos que a Administração da Companhia monitorou ao longo dos exercícios. Os principais impactos nas operações da Companhia foram identificados e estão refletidos nas demonstrações financeiras nas seguintes áreas: mensuração da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; mensuração do valor justo das propriedades para investimento; e reconhecimento da receita. A Administração adotou medidas excepcionais ao longo do exercício objetivando amenizar os impactos causados pela pandemia e preservar a manutenção do caixa. No que se refere à continuidade das operações, a Administração da Companhia monitora informações sobre a pandemia e seus impactos no mercado de shopping centers. As expectativas de recuperação nos resultados futuros tem sido confirmadas nos demonstrativos da Companhia com a retomada das atividades operacionais.

Diretoria: Ilton Nobrega dos Santos – Diretor Presidente; Felipe Candeias Gadelha – Diretor Financeiro; Vanessa Lima Dal Bello – Diretora Jurídica; Gustavo Carvalho Pierotti – Diretor Comercial; Fábio de Oliveira Nametz – Diretor Técnico.
Contadora: Elaine dos Santos Borges de Almeida CRC–RJ – 092112/O-0.

CBC SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ: 05.920.451/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da CBC Shopping Centers S.A., tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS	703.218	664.860
CIRCULANTES	15.453	20.286
Caixa e equivalentes de caixa	3.556	10.775
Contas a receber	11.889	9.433
Contas a receber com sociedades ligadas	7	11
Impostos e contribuições	1	65
Outros ativos	–	2
NÃO CIRCULANTES	687.765	644.574
Contas a receber	2.051	3.051
Depósitos judiciais	1.228	1.158
Propriedades para investimentos	684.486	640.365
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	703.218	664.860
CIRCULANTES	10.807	10.940
Contas a pagar com terceiros	96	340
Contas a pagar com sociedades ligadas	8.090	3.042
Impostos e contribuições	1.427	2.579
Receita Diferida	1.194	4.979
NÃO CIRCULANTES	92.027	82.373
Impostos e contribuições diferidos	86.003	80.022
Provisões	685	647
Receita diferida	5.339	1.704
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	600.384	571.547
Capital social	289.898	289.898
Reserva de lucros	310.486	281.649

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto prejuízo por lote de mil ações)

	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	37.691	25.732
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(8.477)	(4.144)
LUCRO BRUTO	29.214	21.588
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais, administrativas e comerciais	(1.085)	(1.433)
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	2.187	(198)
Ganho (perda) com propriedades para investimentos	42.755	(38.560)
Outras despesas operacionais, líquidas	512	(925)
Total	44.369	(41.116)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	73.583	(19.528)
Despesas financeiras	(2)	(21)
Receitas financeiras	295	89
Total	293	68
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	73.875	(19.460)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(10.291)	1.728
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	63.585	(17.732)
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações–R$	2.180,61	(608,11)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	63.585	(17.732)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	–	–
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	63.585	(17.732)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Investimento e capital de giro	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	289.898	30.417	268.964	-	589.279
Prejuízo do exercício	–	–	–	(17.732)	(17.732)
Absorção prejuízo do exercício	-	-	(17.732)	17.732	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	289.898	30.417	251.232	(0)	571.547
Dividendos pagos (R$ 929,97 por lote de mil ações)			(27.117)	–	(27.117)
Lucro líquido do exercício				63.585	63.585
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal		3.179		(3.179)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 261,67 por lote de mil ações)			–	(7.630)	(7.630)
Reserva de investimento e capital de giro	–	–	52.775	(52.775)	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	289.898	33.596	276.890	-	600.384

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	63.585	(17.732)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(2.187)	198
Provisões (reversões)	38	522
Ganho nas propriedades para investimento	(42.755)	38.560
Impostos e contribuições diferidos	5.981	(6.251)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	1.444	391
Impostos e contribuições	65	3
Depósitos judiciais	(70)	(22)
Contas a receber com sociedades ligadas	4	5
Outros ativos	2	–
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar com terceiros	(244)	216
Receita diferida	(150)	3.988
Impostos e contribuições	3.943	4.446
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício	(5.095)	(3.273)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) pelas atividades operacionais	24.559	21.051
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos em propriedades para investimento	(1.627)	(790)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(1.627)	(790)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos pagos	(30.150)	(13.400)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(30.150)	(13.400)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.218)	6.861
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	10.775	3.914
Saldo final	3.556	10.775
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.219)	6.861

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações Gerais: A Sociedade tem por objeto social a locação de bens imóveis próprios e a administração de bens imóveis próprios e de terceiros, principalmente os situados em shopping centers; a compra e venda de imóveis construídos ou em construção; a corretagem, a incorporação de imóveis próprios, construídos ou em construção; a promoção de eventos comerciais e industriais; prestação de serviços e assessoramento na área de shopping centers, por conta própria ou por representação, tais como planejamento e assessoria de vendas, assessoria econômico financeira; assessoria em serviços de publicidade, propaganda e comunicação, análise e processamento de dados e a participação em outras sociedades; serviços de diversão e entretenimento e auxiliares, incluindo espetáculos e atividades afins; e a exposição de veículos automotores. **2. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3. Principais Políticas Contábeis:** Caixa e Equivalentes de Caixa – representam saldo de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Contas a Receber – representam direitos de aluguéis a receber, cuja contrapartida é o resultado do exercício, incluindo rendimentos e variações monetárias auferidas. Propriedades para Investimento – representam propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital, incluindo imobilizações em andamento para tal propósito. Impostos e Contribuições Diferidos–representam impostos diferidos reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Capital Social – Está representado por 29.159 lotes de mil ações ordinárias nominativas, sem valor. Receita Líquida – É mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções ou descontos comerciais e impostos incidentes sobre a receita. **4. Impactos Pandemia Coronavírus (Covid-19):** Durante os exercícios de 2020 e 2021, os eventos e condições gerados pela disseminação do novo coronavírus (COVID-19) e pelas medidas implementadas pelos governos federal, estadual e municipal para conter a propagação da COVID-19, dentre elas, o fechamento de estabelecimentos comerciais, inclusive de shopping centers, resultaram em níveis de incertezas e riscos que a Administração da Companhia monitorou ao longo dos exercícios. Os principais impactos nas operações da Companhia foram identificados e estão refletidos nas demonstrações financeiras nas seguintes áreas: mensuração da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; mensuração do valor justo das propriedades para investimento; e reconhecimento da receita. A Administração adotou medidas excepcionais ao longo do exercício objetivando amenizar os impactos causados pela pandemia e preservar a manutenção do caixa. No que se refere à continuidade das operações, a Administração da Companhia monitora informações sobre a pandemia e seus impactos no mercado de shopping centers. As expectativas de recuperação nos resultados futuros tem sido confirmadas nos demonstrativos da Companhia com a retomada das atividades operacionais.

DIRETORIA
Ilton Nobrega dos Santos – Diretor Presidente; Felipe Candeias Gadelha – Diretor Financeiro; Vanessa Lima Dal Bello – Diretora Jurídica; Gustavo Carvalho Pierotti – Diretor Comercial; Fábio de Oliveira Nametz – Diretor Técnico.
CONTADORA
Elaine dos Santos Borges de Almeida CRC–RJ – 092112/O-0.

IPEC

Com 52% dos votos válidos, Lula deve vencer no 1º turno

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece com 52% dos votos válidos na corrida eleitoral contra o presidente Jair Bolsonaro (PL), que tem 34%, segundo pesquisa Ipec divulgada ontem.

Os resultados são os mesmos do levantamento anterior, realizado há uma semana. Para vencer em primeiro turno, um candidato precisa superar os 50% nessa métrica, portanto Lula está no limite da margem de erro, que é de dois pontos percentuais.

A contagem de votos válidos exclui os brancos, nulos e indecisos, simulando o cálculo que será usado pelo TSE (Tribunal Superior de Justiça) para aferir o resultado das eleições no próximo domingo.

Por isso, a uma semana do pleito, a Folha de S.Paulo passa a dar destaque a esse número nas pesquisas, e não ao total das intenções de voto.

O Ipec ouviu 3.008 brasileiros no domingo passado e ontem. A sondagem foi contratada pela TV Globo e registrada na Justiça Eleitoral sob o número BR-01640/2022. O nível de confiança é de 95%.

O levantamento do instituto mostra o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) em terceiro lugar com 6%, ante 7% na semana passada. A senadora Simone Tebet (MDB-MS) continuou com 5%.

Outros candidatos que pontuaram foram a senadora Soraya Thronicke (União Brasil) e Felipe d'Avila (Novo), com 1% cada um. Vera Lúcia (PSTU), Constituinte Eymael (DC), Léo Péricles (UP), Padre Kelmon (PTB) e Sofia Manzano (PCB) não pontuaram.

Já na conta que inclui todos os eleitores, Lula variou de 47% para 48%, enquanto Bolsonaro manteve os mesmos 31%. Ciro oscilou de 7% para 6%, e Tebet continuou com 5%. Brancos e nulos agora somam 4%, e os indecisos, mais 4%.

Na pesquisa espontânea de primeiro turno, na qual o entrevistado não vê os nomes dos candidatos à Presidência, o petista é o mais lembrado. Ele variou de 45% para 47% nesse tipo de resposta, dentro da margem de erro.

Bolsonaro, por sua vez, oscilou de 29% para 31%. Ciro Gomes flutuou de 5% para 4% das menções; Simone Tebet, de 3% para 2%; e Thronick subiu para 1%. Os demais candidatos não pontuaram.

Questionados sobre quem elegeriam no segundo turno, 54% dos entrevistados totais indicaram Lula e 35%, Bolsonaro, sem mudanças em relação à última aferição. A diferença entre eles segue em 19 pontos percentuais.

TCU

Defesa pede mais prazo para responder sobre checagem paralela

O Ministério da Defesa pediu ao TCU (Tribunal de Contas da União) mais prazo para responder aos questionamentos sobre os critérios e o objetivo da checagem paralela da contagem dos votos que os militares pretendem fazer no dia da eleição.

O tribunal enviou uma série de perguntas à pasta na última quarta-feira e deu cinco dias corridos para a resposta, cujo limite seria nesta segunda-feira.

O presidente do TCU, Bruno Dantas, ainda anunciou ontem que a corte fará uma segunda checagem paralela dos resultados dos Boletins de Urna, em 540 seções, que deve ficar pronta no dia do pleito.

A checagem não exclui a conferência da totalização original do TCU, com 4.161 urnas. Segundo o ministro, o objetivo é só verificar com mais "rapidez a higidez de todo o sistema eleitoral".

O ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, justificou ao ministro Bruno Dantas, que também é relator da auditoria do TCU no processo eleitoral, que o período dado pela corte de contas para a resposta englobava o final de semana, o que tornaria difícil para os fardados retornar a demanda no tempo proposto.

Dantas concordou com a extensão do prazo.

Agora, os militares têm até sexta-feira para dizer se farão de fato a checagem dos boletins de urna, os critérios que serão usados e qual o objetivo do ministério com a conferência paralela.

Em síntese, o TCU quer saber se os militares vão simplesmente comparar os boletins de urna físicos com os resultados divulgados pelo TSE ou se pretendem estimar, pela amostra de 385 boletins, o resultado final da eleição.

CORRUPÇÃO NO PLANALTO

PF vê transações suspeitas em gabinete de Bolsonaro e Moraes quebra sigilo de assessor

A Polícia Federal encontrou no telefone do principal ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL) mensagens que levantaram suspeitas de investigadores sobre transações financeiras feitas no gabinete do presidente da República.

Conversas por escrito, áudios e fotos trocadas pelo tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid com outros funcionários da Presidência sugerem a existência de depósitos fracionados e saques em dinheiro.

O material analisado pela Polícia Federal indica que as movimentações financeiras se destinavam a pagar contas pessoais da família presidencial e também de pessoas próximas da primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

A assessoria da Presidência nega qualquer irregularidade nas transações e diz que os valores movimentados têm como origem a conta particular do presidente da República.

Com base nesses indicativos coletados pela polícia, o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou nas últimas semanas a quebra de sigilo bancário de Cid, atendendo a um pedido da PF, que busca descobrir a origem do dinheiro e se há uso de verba pública.

As transações estão sendo analisadas no âmbito de um inquérito policial, mas ainda não há acusação ou mesmo confirmação das suspeitas levantadas pela PF.

A quebra de sigilo bancário ocorre dentro do caso que apurava o vazamento de uma investigação sobre um hacker no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A apuração foi compartilhada por Moraes e agora tramita no inquérito das milícias digitais.

Nessa investigação sobre o vazamento do caso do ataque ao TSE, Cid virou alvo por ter atuado no episódio e teve o sigilo telemático (emails, arquivos de celular e nuvem de armazenamento) quebrado por ordem de Moraes. Na análise desse material, a PF se deparou com movimentações financeiras que considerou suspeitas.

Em conversas por aplicativos de mensagens, integrantes da Ajudância de Ordens trocam recibos de saques e depósitos e abordam o pagamento de boletos.

Uma das suspeitas que estão sendo apuradas pela PF com base nos diálogos é o pagamento de uma fatura de plano de saúde de um parente do casal presidencial.

Em outro caso, há pagamento fracionado para uma tia de Michelle, que cuida da filha de Bolsonaro, Laura, quando a primeira-dama está em compromissos ou em viagens.

Realizações de depósitos fracionados e saques em espécie chamaram a atenção da polícia, que desconfia da tentativa de ocultar a procedência do dinheiro.

A investigação busca saber se despesas particulares podem ter sido bancadas com dinheiro público. As informações da quebra do sigilo ainda estão sendo analisadas pela PF.

Uma das hipóteses apuradas é se as transações têm origem em valores dos cartões corporativos da Presidência, por exemplo.

A assessoria da Presidência diz que as transações vistas como suspeitas pela PF têm origem em dinheiro privado de Jair Bolsonaro.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2022

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 78/2022 no dia 07/10/2022 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de material médico - hospitalar, (cateteres para Hemodinâmica) (CATETER P/ HEMODINÂMICA, POLÍMERO, AMPLATZ - AL1, NÃO - CATETER P/ HEMODINÂMICA, POLÍMERO, AMPLATZ - AL2, CATETER P/ HEMODINÂMICA, POLÍMERO, AMPLATZ - AL3, CATETER P/ HEMODINÂMICA, POLÍMERO, CURVA VODA - VL, C/ 4,0 CM, CATETER P/ HEMODINÂMICA, POLÍMERO, CURVA JUDKINS - JL, C/ 3,0 CM, etc). Processo nº. 33409.009799/2021-07. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

AMIDO GLUCOSE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ Nº 13.025.614/0001-70 - NIRE 3330030200-0
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

LOCAL, DATA E HORA: 03 de agosto de 2022, sede social à Avenida Marechal Câmara, 271 sala 1101 - Centro - Rio de Janeiro/RJ às 10:00 horas. **PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do Capital Social com direito a voto, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Editais publicados no Diário do Acionista nas edições impressa e digital dos dias 18,19 e 20 de julho de 2022. **COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente:** Edmundo Xavier Tiengo; **Secretário:** Jorge Soares da Silva. **DELIBERAÇÕES TOMADAS: I-** Foram aprovadas, com as abstenções legais o Relatório dos Administradores, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 publicados no Diário do Acionista versões impressa e digital na edição de 14 de julho de 2022; **II-** Eleição da **DIRETORIA** para o triênio de 03 de agosto de 2022 a 02 de agosto de 2025, ficando assim constituída: **DIRETOR-PRESIDENTE: EDMUNDO XAVIER TIENGO**, brasileiro, viúvo, empresário, residente e domiciliado na Praça Advogado Heleno Claudio Fragoso, 6, apto. 504, Alfa Barra III - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, CEP 22793-078, RG 80694142-3, DETRAN RJ e CPF 029.235.137-20. **DIRETOR ADMINISTRATIVO: MARCIA REGINA MICAS**, brasileira, solteira, aposentada, identidade nº 01635352586 CNH/DETRAN/RJ e CPF nº 626.933.797-68, residente e domiciliada na Avenida Malibu, 285/606, Bloco 1, Cond. Américas Park - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22793-295. Os cargos de **DIRETOR TÉCNICO** e **DIRETOR SUPERINTENDENTE** serão acumulados pelo **DIRETOR-PRESIDENTE** até a eleição seguinte. A diretoria não receberá remuneração. **III** - Eleição do **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** para o triênio de 03 de agosto de 2022 a 02 de agosto de 2025, ficando assim constituído: **PRESIDENTE: EDMUNDO XAVIER TIENGO**, brasileiro, viúvo, empresário, residente e domiciliado na Praça Advogado Heleno Claudio Fragoso, 6 apto 504 Alfa Barra III - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ CEP 22793-078, RG 80694142-3 IFP e CPF 029.235.137-20. **MEMBRO - RICARDO QUINTANILHA TIENGO**, brasileiro, casado, administrador de empresa, carteira de identidade nº 81272910-1, IFPRJ, CPF nº 593.055.847-72, residente e domiciliado na Rua Padre Alfredo Perez Gonzalez, 80, apto. 801, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22793-914. **MEMBRO - JOSÉ GUILHERME CHUT**, brasileiro, casado, engenheiro civil, carteira de identidade nº 200536861-0, CREA-RJ, CPF nº 724.663.597-15, residente e domiciliado na Rua Nascimento Silva, 368, apto. 201 Leblon - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.421-026. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ATA, a qual tendo sido lida e aprovada, vai por todos assinada. Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2022. Edmundo Xavier Tiengo - Presidente da Mesa, Jorge Soares da Silva - Secretário. A presente confere com a original lavrada no livro número 3 à folha número 45. Assinado digitalmente por EDMUNDO XAVIER TIENGO: 02923513720 - Dados: 2022-08-12 15:06:38. **Presidente - Edmundo Xavier Tiengo**. Assinado de forma digital por JORGE SOARES DA SILVA: 33980861791 - Dados: 2022.08.18 10:57:02 -03'00'. **Secretário - Jorge Soares da Silva. Certidão -** Jucerja - Registrada sob o nº 00005081264 em 08/09/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário-Geral.

RSSC SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ: 05.919.849/0001-87

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS	708.272	660.583
CIRCULANTES	17.722	12.900
Caixa e equivalentes de caixa	4.134	4.472
Contas a receber	13.578	8.346
Contas a receber com sociedades ligadas	7	11
Impostos e contribuições	3	69
Outros ativos	-	2
NÃO CIRCULANTES	690.550	647.683
Contas a receber	1.121	2.760
Depósitos judiciais	4.944	4.558
Propriedades para investimentos	684.486	640.365
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	708.272	660.583
CIRCULANTES	10.246	2.738
Contas a pagar com terceiros	55	85
Contas a pagar com sociedades ligadas	8.026	1.650
Impostos e contribuições	1.441	838
Receita diferida	724	165
NÃO CIRCULANTES	89.427	83.167
Impostos e contribuições diferidos	87.746	81.426
Provisões	216	225
Receita diferida	1.465	1.516
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	608.599	574.678
Capital social	286.702	286.702
Reserva de lucros	321.897	287.976

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto prejuízo por lote de mil ações)

	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	38.292	25.087
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(7.626)	(2.645)
LUCRO BRUTO	30.666	22.442
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	43.942	(40.179)
Gerais, administrativas e comerciais	(1.273)	(988)
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	1.766	(854)
Ganho (perda) com propriedades para investimentos	42.962	(38.066)
Outras despesas operacionais, líquidas	487	(271)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	74.608	(17.737)
Despesas financeiras	(2)	(24)
Receitas financeiras	496	141
Total	494	117
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	75.102	(17.620)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(10.409)	1.865
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	64.693	(15.754)
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações - R$	2.428,51	(591,39)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	64.693	(15.754)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	64.693	(15.754)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da RSSC Shopping Centers S.A., tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamo-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

		Reservas de lucros			
	Capital social	Legal	Investimento e capital de giro	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	286.702	28.114	275.616	(0)	590.432
Prejuízo do exercício	-	-	-	(15.754)	(15.754)
Absorção de prejuízo	-	-	(15.754)	15.754	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	286.702	28.114	259.862	(0)	574.678
Dividendos pagos (R$ 863,77 por lote de mil ações)	-	-	(23.010)	-	(23.010)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	64.693	64.693
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	3.235	-	(3.235)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 291,41 por lote de mil ações)	-	-	-	(7.763)	(7.763)
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	53.695	(53.695)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	286.702	31.349	290.547	0	608.598

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	64.693	(15.754)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Provisão para devedores duvidosos	(1.766)	854
Provisões (reversões)	(8)	(1)
Ganho nas propriedades para investimento	(42.962)	38.066
Impostos e contribuições diferidos	6.320	(4.460)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(886)	(1.911)
Depósitos judiciais	(378)	(77)
Contas a receber com sociedades ligadas	4	5
Outros ativos	2	(1)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar com terceiros	(30)	21
Impostos e contribuições	4.184	2.576
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício	(3.580)	(3.098)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) pelas atividades operacionais	25.663	16.220
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos em propriedades para investimento	(1.351)	(572)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(1.351)	(572)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos pagos	(24.650)	(14.900)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(24.650)	(14.900)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(338)	748
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	4.472	3.724
Saldo final	4.134	4.472
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(338)	748

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 1. Informações Gerais: A Sociedade tem por objeto social a locação de bens imóveis próprios e a administração de bens imóveis próprios e de terceiros, principalmente os situados em shopping centers; a compra e venda de imóveis construídos ou em construção; a corretagem, a incorporação de imóveis próprios, construídos ou em construção; a promoção de eventos comerciais e industriais; prestação de serviços e assessoramento na área de shopping centers, por conta própria ou por representação, tais como planejamento e assessoria de vendas, assessoria econômico financeira; assessoria em serviços de publicidade, propaganda e comunicação, análise e processamento de dados e a participação em outras sociedades; serviços de diversão e entretenimento e auxiliares, incluindo espetáculos e atividades afins; e a exposição de veículos automotores. **2. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3. Principais Políticas Contábeis:** Caixa e Equivalentes de Caixa – representam saldo de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Contas a Receber – representam direitos de aluguéis a receber, cuja contrapartida é o resultado do exercício, incluindo rendimentos e variações monetárias auferidas. Propriedades para Investimento – representam propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital, incluindo imobilizações em andamento para tal propósito. Impostos e Contribuições Diferidos - representam impostos diferidos reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Capital Social – Está representado por 26.639 lotes de mil ações ordinárias nominativas, sem valor. Receita Líquida – É mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções ou descontos comerciais e impostos incidentes sobre a receita. **4. Impactos Pandemia Coronavírus (Covid-19):** Durante os exercícios de 2020 e 2021, os eventos e condições gerados pela disseminação do novo coronavírus (COVID-19) e pelas medidas implementadas pelos governos federal, estadual e municipal para conter a propagação da COVID-19, dentre elas, o fechamento de estabelecimentos comerciais, inclusive de shopping centers, resultaram em níveis de incertezas e riscos que a Administração da Companhia monitorou ao longo dos exercícios. Os principais impactos nas operações da Companhia foram identificados e estão refletidos nas demonstrações financeiras nas seguintes áreas: mensuração da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; mensuração do valor justo das propriedades para investimento; e reconhecimento da receita. A Administração adotou medidas excepcionais ao longo do exercício objetivando amenizar os impactos causados pela pandemia e preservar a manutenção do caixa. No que se refere à continuidade das operações, a Administração da Companhia monitora informações sobre a pandemia e seus impactos no mercado de shopping centers. As expectativas de recuperação nos resultados futuros tem sido confirmadas nos demonstrativos da Companhia com a retomada das atividades operacionais.

DIRETORIA: Ilton Nobrega dos Santos – Diretor Presidente; Felipe Candeias Gadelha – Diretor Financeiro; Vanessa Lima Dal Bello – Diretora Jurídica; Gustavo Carvalho Pierotti – Diretor Comercial; Fábio de Oliveira Nametz – Diretor Técnico.

CONTADORA: Elaine dos Santos Borges de Almeida CRC–RJ – 092112/O-0.

PRIMAVERA: Sol com nuvens com chuva no fim da manhã. Tarde e noite chuvosas. Manhã Tarde Noite 23º 15º 85% 05:51 18:05

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

A solidão do Puma

O pensamento é do inigualável Machado de Assis: "A solidão é uma oficina de ideias."

Com base nessa premissa, escrevi o livro "A solidão do puma", que acaba de ser editado pela "Consultor", com lindíssimas ilustrações do craque Cláudio Duarte.

As matas do Paraná abrigam o puma, um lindo felídeo, que vive em média cerca de sete anos. É uma história que valoriza o respeito e a igualdade, e que faz a defesa do debate digital. O puma é também conhecido como onça-pintada. No livro aproveitamos a ocasião para uma clara condenação ao racismo.

Na selva, o puma cascudo deu uma aula formidável sobre o que se entende por sustentabilidade. Isso ao lado de um tratamento para dar fim à tristeza: "Devemos dar um fim à solidão, trocando pela felicidade." Esse fato foi comemorado em toda a selva, iluminada por centenas de vagalumes.

O livro tem algumas inovações, como a existência do araracóptero. É um meio de transporte para ligar uma cidade a outra. Era muito usado pelo Jô Monkey, Secretário de Meio Ambiente da floresta. Os macacos se mobilizaram, num dado momento, para acabar com o fogo existente. Quando isso aconteceu, houve uma tremenda comemoração. Os macacos foram homenageados com deliciosas pencas de banana nanica. Querem coisa mais apropriada?

Deve-se registrar que as onças-pintadas sofrem muito com a existência dos incêndios nas matas. Isso porque suas patas são muito sensíveis e precisam ser levadas aos hospitais da região para serem devidamente tratadas. Há uma campanha para acabar com o fogo nas matas.

Os jacarés de olho grande tinham um coral de primeira ordem. Para os pumas, "tristeza não rima com beleza." Alegria, sim, que rima com folia. E assim eles comemoravam.

Itália

Direita vence e abre caminho para Meloni ser 1ª mulher premiê do País

MICHELE OLIVEIRA/FOLHAPRESS

A coligação de direita liderada pela sigla Irmãos da Itália deve ser a mais votada nas eleições parlamentares da Itália realizadas no domingo passado, indica resultado parcial da contagem de votos.

Segundo a apuração de 97% das urnas, a chapa dos partidos Irmãos da Itália, de Giorgia Meloni, Liga, de Matteo Salvini, e Força, Itália, de Silvio Berlusconi, deve reunir 43,85% dos votos. Assim, a aliança pode obter a maioria nas duas Casas, sem precisar negociar com outras forças.

Se confirmada a projeção, o Irmãos da Itália, com 26,14%, indicará o nome do premiê, conforme pacto entre os líderes, e Meloni, 45, se tornará a primeira mulher chefe de governo da Itália e a primeira política da ultradireita no poder desde o ditador Benito Mussolini, no posto entre 1922 e 1943.

Em segundo lugar, a chapa de centro-esquerda, liderada pelo Partido Democrático, aparece com 26,27%, seguida pelo populista Movimento Cinco Estrelas (MS5), com 15,27%.

Com apenas 8,85%, a Liga aparece como o quarto partido, seguido pela Força, Itália (8,10%). Os números mostram que o partido de Meloni teve desempenho muito superior ao dos aliados, o que pode ser fonte de atritos dentro da coligação, a começar pela disputa para a nomeação de cargos importantes.

Em entrevista coletiva na madrugada desta segunda, noite de domingo no Brasil, Meloni disse que esta é uma "noite de orgulho para o Irmãos da Itália, mas é um ponto de partida, não o fim da linha". "Se formos chamados a governar esta nação, governaremos para todos os italianos, para unir as pessoas, exaltando o que nos une em vez do que nos divide. Não vamos trair a confiança de vocês."

A taxa de abstenção foi de 36,2%, a maior da história. No domingo, o comparecimento foi menor em algumas regiões do sul do país, afetado por fortes temporais.

Pouco antes das 10h, Salvini foi um dos primeiros líderes a votar, em Milão. Também na capital da Lombardia, Berlusconi registrou seu voto, junto à namorada. Já Meloni adiou sua ida às urnas, para que o grande número de fotógrafos na sua seção, em Roma, não atrapalhasse os demais eleitores.

Os 50,8 milhões de eleitores italianos, incluindo os 4,7 milhões fora do país, vão definir os 400 deputados da Câmara e os 200 ocupantes do Senado. No sistema misto, majoritário e proporcional, um terço das cadeiras é ocupado pelos mais votados, e o restante, por distribuição proporcional.

A formação do próximo governo, com a confirmação do futuro primeiro-ministro, pode demorar semanas ou meses -em 2018, foram quase 90 dias. Antes de o presidente Sergio Mattarella iniciar o processo de consultas aos partidos, é preciso que os eleitos tomem posse e que os presidentes das Casas sejam escolhidos, assim como os grupos parlamentares. Previsões otimistas falam em, no mínimo, 25 dias.

Programadas para o primeiro semestre de 2023, as eleições foram antecipadas devido à queda de Mario Draghi, que perdeu o apoio de três partidos de sua base -MS5, Liga e Força, Itália- e renunciou em julho.

Nascida em Roma, no bairro popular de Garbatella, Meloni entrou na política aos 15 anos, quando a Itália vivia os meses mais conturbados da Operação Mãos Limpas, que revelou, em 1992, o envolvimento do sistema político em esquemas de corrupção e que teve como efeito o fim das siglas tradicionais.

Sua escolha foi pela seção juvenil do Movimento Social Italiano (MSI), fundado em 1946 por integrantes dos últimos anos do regime fascista de Mussolini. Por isso, analistas a identificam ora como pós-fascista, termo usado para definir o movimento derivado do fascismo e que buscou diálogo com forças da direita conservadora moderada, ora como neofascista, em que o período segue como ideologia inspiradora.

"É um debate em curso, com a maioria se inclinando para o pós-fascismo", diz o analista político Valerio Alfonso Bruno, membro do Centro de Análise da Direita Radical, no Reino Unido.

Após anos como militante do movimento estudantil, no qual aperfeiçoou a retórica de palavras claras e contundentes de seus discursos, Meloni foi eleita, aos 29, deputada federal pelo partido Aliança Nacional, formado por membros do MSI. Logo, assumiu uma das vice-presidências da Câmara.

Dois anos depois, tornou-se a ministra mais jovem do país, ao assumir a pasta da Juventude sob o quarto governo Silvio Berlusconi (2008-2011). No período, seu partido se fundiu com o Força, Itália, do então premiê, sob o nome de Povo da Liberdade. Em 2012, motivada pelo declínio de Berlusconi, criou a própria agremiação. Com cerca de 130 mil filiados, o Irmãos da Itália obteve apenas 4,3% dos votos em 2018.

Seu programa é nacionalista, o que pode gerar conflitos com a União Europeia, e inclui propostas como bloqueio naval para conter a imigração. É contra a "islamização da Europa" e a adoção por homossexuais.

Apesar de declarar não ter intenção de mudar a lei que descriminaliza o aborto, de 1978, afirma querer dar ênfase à prevenção, o que pode resultar em obstáculos no acesso ao procedimento pelas mulheres.

Sua agenda é considerada distante do movimento feminista e, durante a campanha, viu um movimento do tipo "Ela, não" surgir entre celebridades italianas. Um de seus slogans é "Deus, pátria e família".

No âmbito internacional, seu partido é próximo dos líderes da Hungria, Viktor Orbán, e da Polônia, Mateusz Morawiecki, e do partido espanhol Vox, todos da ultradireita conservadora. Em relação à Guerra da Ucrânia, defende a linha Draghi, condenando a ação russa e apoiando o envio de armas a Kiev.

Meloni vai comandar um país fundador da União Europeia, a terceira maior economia do bloco e membro do G7, mas em um cenário de guerra, crise energética e inflação.

Ataque ao regime

Irã prende mais de 1.200 manifestantes e acusa Estados Unidos

O Irã acusou os Estados Unidos de se valer dos protestos de milhões de pessoas que têm tomado as ruas do país nos últimos dez dias para tentar desestabilizar o regime.

"Washington está sempre tentando enfraquecer a estabilidade e a segurança do Irã, embora não tenha tido sucesso", disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores iraniano, Nasser Kanaani, em comunicado ontem.

Diversas cidades iranianas têm tido manifestações contra o governo, quase sempre violentas, desde a morte recente de Mahsa Amini sob custódia policial. A mulher de 22 anos foi detida em Teerã por fiscais dos bons costumes por não usar o hijab, o véu que cobre totalmente o cabelo -o Irã proíbe também o uso de calças rasgadas e roupas brilhantes.

Em sua conta no Instagram, Kanaani acusou os líderes dos EUA e de alguns países europeus de abusar de um trágico incidente para apoiar manifestantes e ignorar a presença de milhões de pessoas nas ruas e praças do país favoráveis ao regime.

Na semana passada, Washington impôs sanções à polícia da moral iraniana por alegações de abuso de mulheres, dizendo que responsabilizava a unidade pela morte de Amini. Em seu discurso na Assembleia-Geral da ONU, o presidente americano, Joe Biden, elogiou as mulheres do Irã, a quem chamou de corajosas.

A morte de Amini vem gerando cada vez mais represália internacional. Nesta segunda, o Canadá disse que vai aplicar sanções a dezenas de autoridades e entidades iranianas, incluindo a polícia da moral.

"Juntamos nossas vozes, as vozes de todos os canadenses, com as de milhões de pessoas ao redor do mundo exigindo que o governo iraniano ouça seu povo, acabe com a repressão de liberdades e direitos e permita que mulheres e todos os iranianos vivam suas vidas e se expressem pacificamente", afirmou o primeiro-ministro Justin Trudeau, em entrevista coletiva.

Também nesta segunda, a Alemanha convocou o embaixador iraniano em Berlim. Questionado sobre a possibilidade de novas sanções a Teerã em resposta aos protestos, um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores alemão disse que o país vai considerar "todas as opções" junto com outros membros da União Europeia.

No domingo passado, o Irã convocou os embaixadores britânico e norueguês a respeito do que chamou de interferência e cobertura hostil da imprensa sobre as manifestações, as mais violentas a tomarem as ruas do país desde 2019, quando levantes contra o aumento do preço dos combustíveis resultaram em ao menos 1.500 mortos.

Desta vez, pelo menos 41 já perderam suas vidas nos protestos, informou a televisão estatal iraniana, sendo a maioria de manifestantes e o restante de oficiais das forças armadas. A ONG Direitos Humanos do Irã, sediada na Noruega, coloca a contagem em 76 mortos, mas destaca que os cortes de internet promovidos pelo governo do aiatolá Ali Khamenei dificultam a confirmação do balanço dos protestos.

Até agora, mais de 1.200 foram presos pelas forças de segurança na região norte do Irã, segundo contagem das autoridades locais divulgada nesta segunda. Cerca de 450 pessoas foram detidas em Mazandaran e mais de 700 na província vizinha de Gilan. Não há dados sobre as outras regiões.

Referendo

Cuba aprova casamento gay e barriga de aluguel

Os cubanos aprovaram, em referendo no domingo passado, uma nova legislação que legaliza o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a barriga de aluguel e outras normas relacionadas a configurações familiares. Trata-se apenas do terceiro referendo em mais de 60 anos de regime.

Segundo o Conselho Eleitoral, o projeto foi aprovado com 66% dos votos. Para a presidente do órgão, Alina Balseiro, o resultado mostra uma "tendência irreversível".

O Código das Famílias modificará a Constituição aprovada em 2019. A legislação também estabelece mecanismos de combate à violência doméstica, permite a redesignação sexual e permite que menores de idade estejam sob a responsabilidade de um grupo familiar com mais de duas pessoas.

"É a esperança de milhares de pessoas cujas vidas estão marcadas por histórias de exclusão e silêncio. Seres humanos que sofreram e sofrem os vazios de nossas leis", disse o líder cubano, Miguel Díaz-Canel, antes da votação.

Houve protestos, porém, de algumas entidades, como a Conferência de Bispos Católicos de Cuba, que alertou que o novo código abriria espaço para a chamada "ideologia de gênero". Díaz-Canel, numa transmissão pela TV na última quinta-feira, respondeu à crítica. "O que o Código faz é proteger o tipo de família que pessoas de doutrina e fé defendem, mas também o de outros tipos de famílias."

O regime cubano fez campanha pela aprovação do código na TV, rádios e jornais -todos estatais. A campanha pelo "não" se restringiu às redes sociais. Sob a hashtag #YoVotoNo houve manifestações de pessoas que pedem que o regime se ocupe de outros temas, como o desabastecimento de alimentos e remédios -que vem castigando a ilha ainda mais desde o começo da pandemia de coronavírus.

Nota

REINO UNIDO REAGE A REFERENDOS DE ANEXAÇÃO E ANUNCIA NOVAS SANÇÕES CONTRA A RÚSSIA

O governo do Reino Unido anunciou ontem um novo pacote de sanções contra a Rússia, devido ao que chamou de "referendos falsos" realizados em quatro regiões da Ucrânia propondo a anexação dos territórios disputados a Moscou. As sanções anunciadas pelo governo britânico devem recair autoridades de organizações bancárias da Rússia, além de quatro oligarcas e membros do alto escalão do Exército russo, que teriam forçado a participação de residentes na votação. Segundo o diplomata britânico James Cleverly, as medidas "vão mirar aqueles que estavam por trás dessa votação falsa, além dos que ajudam a manter a agressão de Moscou". Desde a semana passada, moradores do leste da Ucrânia participam de uma série de referendos que decidirão se as regiões russófonas serão incorporadas ao domínio russo -processo que foi acelerado pela mobilização parcial anunciada por Vladimir Putin.

Desapropriação

4 edifícios antigos de SP podem sair do abandono

GUSTAVO FIORATTI/FOLHAPRESS

Movimentos de sem-teto e grupos mobilizados para reverter a degradação imobiliária do centro de São Paulo tiveram quatro conquistas pontuais neste mês de setembro, em meio a um cenário desolador.

Após pressão pública e enquanto cresce o número de prédios vazios na região, a prefeitura publicou decreto que inicia processo de desapropriação do Palácio dos Correios e do Palacete do Carmo, o que permite que os imóveis voltem a ter uso público. Ato semelhante já havia recaído sobre o edifício Prestes Maia, que agora teve as obras de reforma autorizadas.

A quarta medida veio via Tribunal de Justiça de São Paulo, que determinou que a administração municipal inclua no programa Pode Entrar, de habitação social, uma comunidade residente em um antigo hotel da avenida São João, construído no início do século passado. Depois de 12 anos naquele endereço, já com a desapropriação encaminhada, as 80 famílias que ali vivem poderão se cadastrar para fazer a compra das unidades que compõem o conjunto. Antes da ocupação, o prédio estava abandonado.

Essas quatro ações fazem contraponto a um cenário de ruínas. Há ao menos 1.983 edifícios sem uso ou subutilizados na cidade de São Paulo, dado correspondente aos endereços que pagam alíquotas progressivas do IPTU, taxa que recai sobre casos de ociosidade. Há seis meses, esse número era de 1.743.

A gestão Ricardo Nunes (MDB) promoveu no último dia 15, na Associação Comercial, um ato de incentivo ao investimento imobiliário na região central. Incentivos fiscais, como o desconto no IPTU, foram apresentados como novidades, embora sejam práticas de gestões anteriores, agora reforçadas.

O Plano Diretor já previa, por exemplo, a construção de seis vezes o tamanho do terreno em localidades específicas da República e da Sé. "De maneira geral, na cidade, o limite máximo é de quatro vezes", diz nota da SP Urbanismo sobre a Área de Intervenção Urbana decretada sobre bairros da região central.

Os imóveis vazios são uma contradição em relação ao tamanho da população de desabrigados ou que vivem em condições precárias. Hoje, segundo dados do PMH (Plano Municipal de Habitação), o déficit na capital paulista é de 369 mil domicílios. Cerca de 32 mil pessoas vivem em situação de rua. No caso da comunidade que obteve o direito de residir na São João, o apoio veio da Defensoria Pública e da Escola da Cidade, onde voluntariamente nasceu o primeiro estudo de viabilidade de conversão do edifício em residencial.

No texto de sua decisão de setembro, a juíza Larissa Kruger Vatzco, da 12ª vara da Fazenda Pública, lembra ainda de um instrumento que poderia ter sido usado pelas 80 famílias ali residentes, o usucapião.

Por nota, a Cohab, companhia metropolitana de habitação que gerencia o programa Pode Entrar, disse que "até o momento não foi notificada oficialmente sobre a decisão e aguardará as tramitações legais para se posicionar sobre o assunto". Ainda cabe recurso.

A copeira Lucimeire Pereira dos Santos, 50 anos, diz que, quando chegou àquele edifício, o estado de abandono era completo. O prédio não tinha redes de luz, água e esgoto, sistemas que foram construídos pelos novos moradores.